

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LAÍS PINHEIRO DE SOUZA GUELIS

**O caso Eloá:** narrativas patriarcais, apropriações feministas e um exercício de  
leitura decolonial

Maringá  
2021

LAÍS PINHEIRO DE SOUZA GUELLIS

**O caso Eloá: narrativas patriarcais, apropriações feministas e um exercício de leitura decolonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade, práticas culturais e pensamento social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zuleika de Paula Bueno.

Maringá  
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G925c

Guelis, Laís Pinheiro de Souza

O caso Eloá : narrativas patriarcais, apropriações feministas e um exercício de leitura decolonial. / Laís Pinheiro de Souza Guelis. -- Maringá, PR, 2021.  
76 f.color., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Zuleika de Paula Bueno.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Mídia. 2. Femicídio. 3. Violência. 4. Gênero. 5. Caso Eloá - Pimentel, Eloá Cristina Pereira, 1993-2008. I. Bueno, Zuleika de Paula, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 305.42

LAÍS PINHEIRO DE SOUZA GUELI

**O caso Eloá: narrativas patriarcais, apropriações feministas e um exercício de leitura decolonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zuleika de Paula Bueno  
Universidade Estadual de Maringá - Presidente



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Meire Mahias  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof. Dr. Samilo Takara  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Aprovada em 23 de junho de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

## AGRADECIMENTOS

Imensa gratidão ao Sagrado. Reverencio o Ilê Axé Oxum Deym, que me proporcionou grandes encontros. À Yá Orì, Mãe de todas as cabeças, obrigada por caminhar ao meu lado e me carregar no colo quando não conseguia andar. À Dona Maria, por ser minha protetora, a Rosa mais linda de todos os jardins. Jogou tudo para o alto só para ver cair no lugar certo. Obrigada por me apresentar diariamente infinitas possibilidades de ser Mulher.

Agradeço à minha mãe Andréa e ao meu padrasto Élio pela atuação nos bastidores, garantindo que tudo ocorresse da melhor forma possível. Mãe, nenhuma linha escrita chega aospés de mensurar minha gratidão. Sei que a maternidade por muitas vezes te foi solitária, mas saiba que ao seu lado sempre me senti amparada. Enquanto existirmos neste mundo, somente eu e você saberemos das nossas coisas, de tudo o que já passamos juntas e eu te amo muito por isso

Ao meu amado irmão Matheus. Seu brilho me inunda de esperança, meu menino. Nessavida e em outras, “eu danço com você o que você dançar”. Te amo infinitamente.

À Milena Fernandes, por ter transformado essa jornada frequentemente tão pesada em mais leve. Seu apoio genuíno e sua presença reconfortante foram decisivos. À Adriana Perdiz, minha devida gratidão pela companhia naqueles dias difíceis. À Paula e Gabriella pelos cafés, almoços, cervejas e pelas longas conversas cheias de epifanias. À Isabele Oliveira pela parceria na labuta diária.

Pedro Carvalho e Maria Helena Azevedo por serem minhas primeiras grandes inspirações intelectuais e meus companheiros de tantas histórias. Vocês estão sempre em meu coração e em minha mente.

Ao Movimento Baque Mulher, na figura de Yakekerê e Mestra Joana Cavalcante. Agradeço pela constante oportunidade de pertencer a algo tão significativo. Como bem traduz a loa, “No Baque Mulher, me tornei aprendiz, hoje eu sou batuqueira, encontrei minha raiz. Com a força do baque não há quem me pare. Eu sou guerreira e não ando só e junto com outras eu sou bem maior.”

A todas as batuqueiras do Baque Mulher Maringá, o meu amor e gratidão. Júlia Romano, Laís Fialho e Marcieli Coelho: vocês me inspiram, encorajam e me enchem de ternura. Beatriz Machado Lima, agradeço profundamente pelo cuidado e dedicação na sua escuta e acolhimento. Amanda Sabiar, Maria Júlia Werneck, Káritta Lopes, Maria Cláudia Mukai e Elisa Riemer: cada

conversa, cada mensagem, os abraços, olhares atenciosos e momentos de partilha em todo esse processo foram mais valiosos do que ouro. Minhas irmãs, espero que nunca se esqueçam ou duvidem da importância que tem em minha vida.

Às minhas companheiras de Mestrado, em especial Solange Azevedo e Alessandra Medina, por tantas conversas e pelo aprendizado que tive observando vocês.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá pelo cuidado e suporte. Aos professores Meire Mathias e Fagner Carniel pela rica troca e pelo incentivo de sempre. À minha orientadora Zuleika de Paula Bueno, por ter embarcado comigo nesta jornada.

Por último e não menos importante, agradeço a mim pela coragem e firmeza tão necessárias para atravessar este momento. Me agradeço por ter encarado de frente o desafio da escrita que por muitos anos me trouxe inseguranças, medos e traumas. Me agradeço por ter feito isso enquanto tentava caminhar no caos. Por ter prosseguido em meio à depressão, ansiedade e ao turbilhão de sentimentos e sensações que as acompanham. Me agradeço por ter sido capaz de desenvolver esta pesquisa mesmo sem nenhum apoio financeiro que viesse fora das 40 horas de trabalho semanais. Nenhuma dessas considerações corrobora com uma narrativa cristã-meritocrática de vitória após um longo sofrimento. Reconheço o meu espaço no mundo, celebro minha trajetória, encerro o ciclo e me disponho para os próximos desafios.

*Dedico esse trabalho a todas as  
pesquisadoras que passaram pelo mestrado  
em meio a  
duplas, triplas ou quádruplas jornada*

## **O caso Eloá:** narrativas patriarcais, apropriações feministas e um exercício de leitura decolonial

### **RESUMO**

Em outubro do ano de 2008, a adolescente Eloá Cristina Pimentel foi mantida refém pelo ex-namorado em seu apartamento juntamente com a amiga Nayara Rodrigues. Após cerca de cem horas, o cativo acabou com a entrada da polícia e o saldo foi a morte de Eloá com tiros na cabeça e virilha, ferimento da amiga Nayara com um tiro no rosto e a prisão do rapaz. Tendo este caso em vista, a presente pesquisa que aqui se apresenta, ocupa-se em explorar as narrativas construídas sobre o caso em veículos midiáticos e suas representações no curso da última década, bem como compreender quais os possíveis caminhos que levaram o caso a ganhar dimensão nacional. Além de que, algumas produções audiovisuais sobre o caso também foram elencadas a fim de dar sustentação às narrativas representativas que buscamos demonstrar ao longo do trabalho. Em seguida me utilizo das concepções de Gênero, Colonialidade e Violência abordadas pela Antropóloga Rita Segato enquanto categorias de análise que me auxiliam na compreensão das especificidades de vida e morte de mulheres na América Latina, discutindo processos de construção de vulnerabilidade de corpos femininos ou feminizados. Neste percurso, a concepção de Raça também acabou por ganhar uma posição de destaque na análise a partir da ideia da multiplicidade de existências e suas Interseccionalidades, conforme as referências do trabalho de Carla Akotirene. Por meio de uma cuidadosa seleção e análise metodológica documental, as principais linhas narrativas foram observadas nas minúcias, transformando essa produção em mais uma perspectiva pronta para adentrar o campo das disputas.

**Palavras-chave:** Mídia. Violência. Gênero. Femicídio. Caso Eloá Pimentel.



## **The Eloá case: patriarchal narratives, feminist appropriations and an exercise in decolonial reading**

### ***ABSTRACT***

In October 2008, the teenager Eloá Cristina Pimentel was held hostage by her ex-boyfriend in her apartment along with her friend Nayara Rodrigues. After about a hundred hours, the captivity ended with the entry of the police and the balance was the death of Eloá with gunshots to the head and groin, the wound of her friend Nayara with a shot in the face and the boy's arrest. With this case in mind, the present research presented here is concerned with exploring the narratives built on the case in media vehicles and their representations over the course of the last decade, as well as understanding the possible paths that led the case to win national dimension. In addition, some audiovisual productions about the case were also listed in order to support the representative narratives that we seek to demonstrate throughout the work. Then I use the conceptions of Gender, Coloniality and Violence addressed by Anthropologist Rita Segato as categories of analysis that help me understand the specificities of life and death of women in Latin America, discussing processes of vulnerability construction of female or feminized bodies. In this path, the concept of Race also ended up gaining a prominent position in the analysis based on the idea of the multiplicity of existences and their intersectionalities, according to the references in the work of Carla Akotirene. From a careful selection and documentary methodological analysis, the main narrative lines were observed in the details, transforming this production into yet another perspective ready to enter the field of disputes.

**Keywords:** Media. Violence. Gender. Femicide. Eloá Pimentel case.

## SUMÁRIO

<b>Se por acaso vocês não se lembram, me dêem licença de contar .....</b>	<b>12</b>
<b>Objetivos da pesquisa e a coleta de dados .....</b>	<b>17</b>
<b>Não apenas descrições, mas inquietações metodológicas .....</b>	<b>22</b>
<b>O espaço.....</b>	<b>25</b>
<b>Lindemberg Fernandes Alves.....</b>	<b>31</b>
<b>Eloá Cristina Pimentel .....</b>	<b>36</b>
<b>Os assassinatos de mulheres no Brasil.....</b>	<b>43</b>
<b>Rita Segato e o feminicídio.....</b>	<b>51</b>
<b>A morte de mulheres enquanto crime de alianças: Colonialidade, Gênero e Violência ..</b>	<b>54</b>
<b>Produções audiovisuais: duas linhas narrativas .....</b>	<b>58</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>68</b>
<b>Referências .....</b>	<b>73</b>

*Não, nós nos negamos a acreditar que um  
corpo tombe vazio e se desfaça no espaço  
feito poeira ou fumaça adentrando-se nos  
nada dos nada  
nadificando-se [...]*

*(Para Marielle Franco – Conceição Evaristo)*

### **Se por acaso vocês não se lembram, me dêem licença de contar**

Em meados de outubro de 2008, milhares de brasileiros acompanharam bem próximo ao apartamento de número 24 do Conjunto Habitacional Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), localizado na periferia de Santo André, o cativo de Eloá Pimentel. Esse lugar, por mais ordinário que parecesse, foi palco daquilo que mais tarde receberia da imprensa o questionável título de “o mais longo caso de cárcere privado da história do Estado de São Paulo”. É pertinente registrar, antes de tudo, que pela definição do Artigo 148 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940, cárcere privado é cercear a mobilidade de um indivíduo, mantendo-o em um espaço privado delimitado por um período de tempo. Dessa forma, o questionamento sobre o título acima mencionado gira em torno de chamar atenção para o fato de que estes tipos de afirmações necessitam de análises meticulosas, especialmente quando se referem à violência genderizada. Ou seja, de que forma se pode fazer tal afirmação já que não é possível apreender a realidade de cada lar ou mesmo das nuances sutis dessa forma de violência?

Na segunda-feira, dia 13 de outubro de 2008, a adolescente Eloá Cristina Pimentel recebeu alguns amigos no prédio onde morava com o pai Everaldo Pereira dos Santos, a mãe Ana Cristina Pimentel, o irmão mais velho Ronickson Pimentel – na época com 21 anos – e o caçula Douglas Pimentel, de 14 anos. Nayara Rodrigues, Iago Vilera e Victor Campos cursavam juntos com a adolescente o primeiro ano do Ensino Médio na Escola Estadual José Carlos Antunes e, na ocasião, se reuniram para fazer um trabalho de Geografia que deveria ser finalizado pouco antes do fim do ano letivo. Nayara e Eloá nutriam uma convivência bastante constante e conforme descreveu uma matéria da Folha de São Paulo, no dia 18 de outubro de 2008, na rede social Orkut, naquele momento bastante popular entre os jovens, as duas se apresentavam como melhores amigas e apareciam em diversas fotos juntas, inclusive em álbuns exclusivos. (Figura 1)

## FOLHA DE S. PAULO



**Figura 1-** Recorte de cronologia publicada no *Jornal Folha de São Paulo*  
Fonte: Acervo Folha de São Paulo.

Por volta da uma da tarde, o apartamento onde a reunião acontecia foi invadido. Lindemberg Fernandes Alves, ex-namorado de Eloá, na época com 21 anos, entrou armado na residência onde os adolescentes estavam. Em relação ao conteúdo das ameaças realizadas por Alves nesse momento, existem algumas controvérsias que foram aparecendo com o tempo nos discursos sobre o caso. O que se pode afirmar é que a vida de Eloá definitivamente corria perigo.

Os dois mantiveram uma relação durante dois anos e sete meses entre muitas idas e vindas. Como de costume no relacionamento entre os dois, o último término partiu do rapaz e, desta vez, Eloá decidiu acatar essa decisão concordando ser o melhor. Isso, por sua vez, deixou Lindemberg bastante descontente e com comportamentos persecutórios, chegando a agredir Eloá em um ponto de ônibus antes do crime. Tudo isso foi contado à exaustão pelos programas de televisão e reportagens da mídia impressa.

Ainda no dia 13, o pai de um dos colegas presentes no apartamento estranhou que o filho

não voltou para casa. Assim, preocupado com o sumiço do filho, acionou a polícia. O Grupamento de Ações Táticas Especiais, o GATE, chegou ao CDHU por volta das oito horas da noite, quando deu-se início à uma tentativa de acordo. Nas horas seguintes, Lindemberg liberou Iago e Victor, mantendo apenas Eloá e Nayara como suas reféns.

A negociação entre a polícia e o sequestrador oscilava entre momentos de tensão latente e de aparente calma. Dentre as estratégias usadas pelo GATE, estavam as longas conversas com o interior da casa, a presença das irmãs mais velhas e o corte de energia elétrica do local. Na noite do dia 14, Nayara é liberada e recrutada para auxiliar no diálogo com Lindemberg, que se mostrava cada vez mais agressivo com Eloá.

Entretanto, apesar do comportamento hesitante do agressor, no dia 16 de outubro a polícia fechou um acordo de rendição com o rapaz e autorizou a volta de Nayara ao cativo, o que supostamente auxiliaria no desfecho do caso. O acordo foi quebrado e Nayara voltou a ser refém no apartamento junto com a melhor amiga.

No dia seguinte, por volta das seis da tarde, o comandante do Batalhão de Choque da PM, Eduardo Félix, decidiu arrombar o apartamento, alegando, posteriormente, ter ouvido um disparo que vinha de dentro. Durante a invasão, Lindemberg atirou em Eloá na região da virilha e da cabeça e em Nayara no rosto, antes de ser dominado pelos policiais e preso.

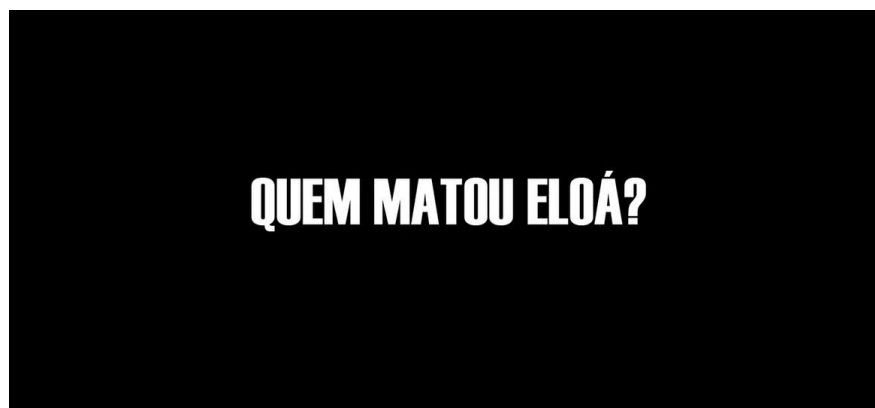
Após dar entrada no Hospital Municipal de Santo André, em estado gravíssimo, Eloá foi declarada morta no dia 18 de outubro e seus órgãos foram doados. Nayara passou por várias cirurgias, mas sobreviveu aos tratamentos. Ainda conforme nos contaram os jornais e programas televisivos da época durante os diversos momentos de cobertura, exposição e investigação jornalística, os dois jovens se conheceram justamente naquele mesmo condomínio onde se desenrolou a tragédia. Ele também morava no mesmo edifício junto com a mãe.

Uma das características mais marcantes do caso foi a presença constante e incisiva dos meios de comunicação, que aconteceu das mais diversas formas. Equipes circulavam, se instalavam e sobrevoavam nas imediações do local. Não foi atípico acompanhar jornalistas e comunicadores produzindo os seus conteúdos na tentativa aberta de atingir, de alguma maneira, não só o interior da casa, mas também da mente dos jovens envolvidos no caso, sobretudo de Lindemberg. As coberturas midiáticas, as quais transitavam entre as mais sóbrias até as mais sensacionalistas, tinham como ponto em comum a busca frenética pelo grande furo de reportagem. (Figuras 2 a 4)



**Figura 2 a 4-** Cenas da cobertura televisiva da época  
 Fonte: Documentário *Quem Matou Eloá* (Realização Doctela, 2015)

Na década que se seguiu após o crime, essa história continuou a ser contada e recontada inúmeras vezes pelos mesmos programas que transmitiram o acontecimento ao vivo, por especiais de investigação jornalísticas, por livros da área de direito e investigações criminais, artigos científicos, dissertações, teses de doutorado, documentários, episódio de seriados e *podcasts*. (Figuras 5 a 10)





04, 05 e 06 jun / 2013 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

### CASO ELOÁ PIMENTEL/SONIA ABRÃO - A INTERFERÊNCIA DA MÍDIA NAS NEGOCIAÇÕES POLICIAIS

### CASE ELOÁ PIMENTEL/SONIA ABRÃO - INTERFERENCE OF POLICE MEDIA IN NEGOTIATIONS

Bruno Mello Corrêa de Barros<sup>1</sup>  
 Helena de Rosso Thaddeu<sup>2</sup>  
 Marília do Nascimento Pereira<sup>3</sup>

#### RESUMO

Este trabalho tem como escopo esclarecer as questões referentes ao papel da mídia nos crimes de grande repercussão nacional, à liberdade de expressão nestes casos e às consequências provenientes dos atos praticados pelos comunicadores e detentores de um espaço na mídia televisiva e imprensa escrita. Busca-se demarcar os limites democráticos da regulação dos meios de comunicação, questionando dogmas e tabus arraigados no cenário brasileiro. Procura-se, ainda, explicar sobre a necessidade de estruturas regulatórias, bem como o Projeto de Lei 3.801/12 que visa limitar a atuação abusiva e arbitrária da mídia na cobertura de crimes de grande repercussão ou que estejam em execução. O método de abordagem utilizado foi o indutivo, uma vez que se partiu de um fato mais particular, ou seja, o caso Eloá Pimentel, para uma análise de questões mais amplas, quais sejam a retratação, a cobertura da mídia de casos policiais de grande repercussão e duração. Já o método de procedimento utilizado foi o comparativo, visto que foram realizados confrontos entre diversos elementos e informações, foi promovido também o exame de diversos casos policiais que tiveram grande repercussão na mídia televisiva e na imprensa escrita.

**Palavras-chave:** Imprensa, Liberdade de expressão; Mídia

### Simpósio Gênero e Políticas Públicas

Atual Edições anteriores Sobre ▾

Início / Arquivos / v. 6 (2020): Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas / Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas

### O caso Eloá Pimentel (2008): narrativas sobre violência de gênero

Lais Pinheiro de Souza Guells

DOI: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p1613>

**Palavras-chave:** narrativas, violência de gênero, feminicídio

#### Resumo

No final do ano de 2008, a adolescente Eloá Cristina Pimentel foi mantida refém pelo ex-namorado em seu apartamento juntamente com a amiga Nayara Rodrigues. Após cerca de cem horas, o cativo acabou com a entrada da polícia e o saldo foi a morte de Eloá com tiros na cabeça e virilha, ferimento da amiga Nayara com um tiro no rosto e a prisão do rapaz. O presente trabalho se ocupa em explorar as narrativas construídas sobre o caso em alguns veículos da imprensa e suas representações no curso da última década, bem como compreender quais os possíveis caminhos que levaram o caso a ganhar dimensão nacional. Em seguida, utilizando concepções de Gênero enquanto uma categoria de análise decolonial, resalto as especificidades dessas violências na América Latina, discutindo de que forma as posições de gênero colocaram os corpos femininos ou feminizados em situação de vulnerabilidade.



pdf

Publicado  
2021-01-14

Edição  
v. 6 (2020): Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas

Seção  
Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas

**Figura 5 a 10-** Narrativas diversas produzidas a partir do caso  
 Fonte: Recortes de tela de diferentes fontes



## **Objetivos da pesquisa e a coleta de dados**

Um caso como este pode se transformar em um mundo de possibilidades de interpretações e indagações. No entanto, especialmente se tratando de uma pesquisa científica, é necessário que se façam recortes de abordagens, a envolver escolhas e sistematização de perguntas.

Durante esse processo, a principal questão norteadora para mim foi: por que um caso como o de Eloá, que abriga crimes estatisticamente considerados como cotidianos, se destaca daquela forma perante tantos olhares? E por que ainda assim é e foi historicamente atualizado a partir de tantas narrativas distintas?

Dessa forma, quando me volto à necessidade de pensar a narrativa enquanto um conceito, vejo que este não se apresenta apenas enquanto instrumentalizador para o trato metodológico, uma vez que é através de suas lentes que me debruço no caso, pensando nelas enquanto vestígios, pistas que me proporcionam enxergar a dinâmica do caso no decorrer do tempo. Por outro lado, ao tentar responder essa pergunta, o terreno das narrativas também aparece na construção da minha posição enquanto escritora, narradora e pesquisadora, já que durante todo este percurso, as produzi em direção ao objetivo de transformá-las em uma linha de pensamento coesa e coerente para que eu pudesse, de alguma forma, me colocar nessa grande disputa pela contação desta história dentro da academia, que me legitima a partir das regras de seu próprio funcionamento.

Ora, essas disputas no fim das contas partem das tentativas de integrar às suas análises os elementos de falta – essa que jamais será suprida. São muitos os vazios que transitam nas reatualizações e que tentam esconder, apesar de não deliberadamente, a perda de Eloá.

No minuto que sua casa é invadida, cria-se um marco no contínuo tempo-espaço que a impossibilita para sempre de contar sua própria história; de escolher, de pensar e repensar as palavras ao nomear como se sentia dentro dessa relação, do seu término, dentro de seu espaço e do seu corpo. Dela, portanto, é roubado o direito ao crescimento, amadurecimento e de ressignificação das suas experiências. Por isso, não poderia falhar em ressaltar que por mais potente que uma narrativa se apresente – sendo ela falada, escrita ou filmada – jamais substituirá a vida de Eloá. Quando uma mulher é morta em qualquer parte do mundo, a ausência é gerada. No entanto, em terras em que o jugo colonial uma vez se estendeu, os corpos femininos representam por si só grandes inconveniências que devem ser sistematicamente erradicadas com base em mortes e violências pedagógicas que mostrem que ser mulher, latina e não-branca representam a forma mais descartável de existência, que acrescenta algo aos ideais de evolução

social apenas a partir de suas mortes físicas ou simbólicas, que renova na base de sangue, suor e lágrimas o pacto cisheteropatriarcal racista.

Enquanto sujeita-pesquisadora que se debruça sobre o Caso Eloá, tenho como objetivo justamente lançar um olhar crítico para o discurso que se construiu sobre o crime, analisando as formas de representação dos seus personagens e por quais construções do imaginário elas perpassam, executando um trabalho de correlação com o contexto histórico, cultural, social e econômico ao qual ele está inserido. Dessa forma, pretendo a partir deste trabalho, descrever como tem sido o processo de mapeamento, seleção, catalogação, construção de categorias e análise da documentação disponível sobre o caso. Em seguida, introduzirei alguns apontamentos analíticos sobre o material.

A metodologia presente neste trabalho é a análise documental voltada para as Ciências Sociais, que dentre outras coisas, se apresenta enquanto um compilado de técnicas interdisciplinares que vão em direção à compreensão das particularidades de pesquisador-objeto e contexto. Antes de mais nada, é preciso pontuar que ao historicizarmos a noção de documento, percebemos que se trata de algo proveniente de mobilidade, isto é, aquilo foi capaz de se reinventar e responder às necessidades de seu próprio tempo

No que tange o processo de coleta e organização dos dados, em um primeiro momento iniciei uma sondagem nas plataformas *Google* e *Youtube*, com o intuito de identificar e classificar a quantidade e a natureza dos documentos de cunho jornalísticos, bem como das produções audiovisuais disponíveis sobre o caso. Utilizando palavras-chave como “Caso Eloá Pimentel”, “Caso Eloá Pimentel 2008” ou “Caso Eloá Reportagens”, percebi que a imensa maioria dos arquivos eram, em primeiro lugar, de notícias sobre o caso ou seus desdobramentos; em segundo lugar, de reportagens sobre o caso e seus desdobramentos; em terceiro lugar, de entrevistas; e em quarto lugar, artigos de opinião ou homenagens/memoriais. Além disso, também estavam divididos majoritariamente em três anos de publicação, a saber: 2008, 2012 e 2015.

Dessa forma, passei a coletar os *links* inicialmente que continham o maior número de informações possíveis sobre o caso e todos os envolvidos, ao passo que alimentava uma planilha criada no *Excel* dividida em três abas: uma para cada ano. Cada aba contendo quatro colunas: 1) título; 2) data; 3) tipo de conteúdo e 4) *link*. A partir deste processo, comecei a me debruçar um pouco mais sobre conteúdo dos *links*, resguardando as particularidades de cada documento e criando paralelos entre contextos, palavras mais utilizadas e assuntos mais comentados.

O ano de 2008, mais especificamente a partir do primeiro dia de cárcere, corresponde ao maior número de documentos. Os maiores portais de notícia do Brasil como *G1*, *Folha de*

*São Paulo, Veja e Terra* apresentaram a cobertura em tempo real de todo o desdobramento da tragédia, assim como organizaram paulatinamente os principais marcos envolvendo o cárcere. Redes de televisão também não ficaram atrás, com destaque para a cobertura de imagens e vídeos da TV Globo, e para as entrevistas realizadas pela Rede TV e Rede Record.

Após o desfecho do caso e a prisão de Lindemberg, o crime voltou a ser notícia em 2012 em virtude do julgamento do assassino. Nesse momento, o material coletado girou em torno das audiências, com destaque para a presença da jornalista e apresentadora Sônia Abrão como testemunha da defesa do réu<sup>1</sup>, e para a declaração de Lindemberg, que se diz emocionado toda vez que lembra de Eloá<sup>2</sup>.

É importante ressaltar que em 2012, ainda que as falas fossem direcionadas a Lindemberg com menos “cautela” – afinal, ele estava sendo julgado pelo assassinato de uma adolescente inocente –, a maior parte da documentação desse ano não traz expressivamente a ideia de violência de gênero atrelada ao crime.

Já em 2015, em meio a discussões sobre a Lei nº 13.104, mais conhecida como Lei do Feminicídio – a qual pretende classificar como específicas as mortes ocasionadas por atentados que envolvem a discriminação contra a condição de mulher ou por violência doméstica e familiar –, o caso volta para as pautas graças ao documentário “Quem Matou Eloá?”. Ao final de 2015 e começo de 2016, a série brasileira “Investigação Criminal” também dedica um episódio da quinta temporada ao caso.

Em um segundo momento, já com o intuito de construir um levantamento bibliográfico acerca das principais produções de cunho acadêmico já produzidas sobre o tema, realizei uma pesquisa no buscador Google Acadêmico pelo indicativo “Caso Eloá Pimentel”, selecionando em ordem os dez primeiros artigos produzidos no Brasil tendo como cerne o crime ou o utilizando como exemplo de análise. À vista disso, nos próximos parágrafos apresento um breve panorama desta sondagem em uma linha cronológica, levando em consideração a importância de compreender os usos do caso para este projeto.

O primeiro dos textos coletados foi produzido e publicado em 2009 por Gisele Aparecida Toledo. É o único coletado da área de Letras. Com o título “Rotulação em textos jornalísticos: construção de imagens e de pontos de vista”, a autora constrói uma análise textual a fim de identificar os recursos de coesão de periódicos. Para tanto, utiliza-se como exemplo o

---

<sup>1</sup> Para mais, ver em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/10/caso-elo-a-advogados-de-lindemberg-chamarao-sonia-abrao-e-mais-cinco-jornalistas.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>2</sup> Ver em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/lindemberg-diz-que-ainda-se-emociona-ao-lembrar-de-elo-a,f5389d67881da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 out. 2020

caso Eloá e a prisão do marqueteiro Marcos Valério.

Seguindo, em 2010, encontramos dois artigos da área de Comunicação. Um deles chamado “Jornalismo e ética na cobertura de sequestros: deslizamentos éticos cometidos pela mídia no caso Eloá”, de autoria de Tede Sampaio, e o outro “Crise de personagem ou oportunidade de mídia? Os bastidores do caso Eloá/Nayara”, escrito por Arquimedes Personi.

No primeiro trabalho, o foco era apresentar, a partir da perspectiva da Ética Jornalística, os erros que na visão do autor comprometeram a cobertura do sequestro. Já no segundo, objetivava-se refletir sobre a atuação da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Santo André diante do caso e seus desdobramentos, os quais poderiam ser revertidos em danos para a administração pública.

Nos dois anos seguintes, temos os trabalhos “Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil” (2011) e “O Caso Eloá: Análise da abordagem de feminicídio na mídia” (2012). No primeiro, os autores Denise Carvalho, Maria Teresa Freire e Guilherme Villar utilizam o caso como exemplo e classificam a cobertura da mídia como promotora da espetacularização da violência, pontuando o poder que a mesma possui de “incentivo de hábitos”. No segundo trabalho, a advogada Cynthia Semíramis Machado – uma das principais referências no estudo do Caso Eloá – propõe uma crítica a abordagem sexista da mídia, problematizando a questão do crime dito passional e analisando-o pela perspectiva do feminicídio.

Em 2013, figuram três trabalhos, sendo dois deles da área do Direito e um da área de Comunicação. “A Emoção e o Crime: quando a paixão mata”, foi escrito por Alzelico Seide Branco e Jorge Roberto Krieger. Neste, os autores apresentam uma abordagem psicologizante do ciúme e acatam o termo passional como indiscutível, utilizando-se do crime cometido por Lindemberg Alves nas exemplificações. Outro dos trabalhos, “A verdade buscada no processo penal: a polêmica que envolveu o Caso Eloá”, consiste em uma análise do direito processual. Os autores Helen Martha Dias Salviano e Robson Cosme de J. Alves investigam as circunstâncias que envolvem o conceito de verdade no processo penal, utilizando o caso como fonte de análise. E por último, a comunicóloga Michele Negrine discute e compara em seu trabalho intitulado “A condenação no telejornalismo: a apresentação do criminoso no Jornal Nacional e no Jornal da Band”, os discursos sobre o crime em dois telejornais de grande circulação.

Pensando em produções mais recentes, podemos citar o trabalho “Cobertura do caso Eloá Pimentel: Quando a cobertura jornalística assume ares de *reality-show*” (2015), a trazer uma reflexão sobre a cobertura televisiva do caso comparando-a ao formato *reality*, isto é, programa que se pretende enquanto transmissor de realidades. Para finalizar, em 2018, a

monografia de conclusão de curso de Direito “Mídia e Culpabilização da vítima nos casos de feminicídio: Um estudo do Caso Eloá Pimentel”, de autoria de Thainá Ribeiro, que conduz sua pesquisa para entender as representações de gênero no fenômeno criminoso.

Diante do exposto, é possível identificar um cenário no qual os trabalhos partem majoritariamente de um estudo estrito da mídia e a sua atuação no caso, ou da perspectiva legal. Embora os questionamentos produzidos tenham sido e ainda são extremamente relevantes na problematização e passíveis de desenvolvimento, acredito que a ausência de um trabalho com enfoque na perspectiva histórica e social baseia-se em uma justificativa válida para a análise que me propus a realizar nesta pesquisa.

Quando me desafiei a pensar sobre o tema, tinha algumas pistas do caminho que gostaria de percorrer neste trabalho. Em 2018, em uma conversa com um amigo sobre o livro *Crime do Restaurante Chinês* (2009), de Boris Fausto, começamos a relembrar justamente dos crimes que, assim como o do assunto central da obra de Fausto, haviam causado uma imensa repercussão em nossa geração. Foi quando me lembrei de Eloá e dos questionamentos aos quais tive acesso em um espaço virtual de discussões feministas que me apresentou o documentário “Quem matou Eloá?”, logo em seu ano de lançamento. No meio de tantos outros pensamentos, se sobressaiu a lembrança do meu “eu” adolescente: aquele que acompanhou assiduamente o caso pela televisão e que o fez com sentimento de vulnerabilidade.

Partindo de tais inquietações, formulei inicialmente um esboço de objeto científico, com seus limites e necessidades, mantendo em mente que o enredo trágico e o apelo sensacionalista das mídias não foram os únicos motivos que me ligaram ao crime ou que transformaram a vida e morte dessa garota em um assunto presente nas minhas conversas com familiares e amigos da época. Em 2008, eu estava com 14 anos e passava também por um rompimento bastante conturbado de um namoro. Diante disso, acreditei que sentir medo e ouvir ameaças de um ex-namorado fazia parte de uma espécie de elemento incluso na jornada de se tornar uma mulher e que, de alguma forma, eu estava vivendo as consequências de minhas próprias escolhas infelizes, do mesmo modo que eu considerava que Eloá vivia.

Aos poucos, conforme eu vivenciava a adolescência e ingressava na vida adulta, fui percebendo que apesar do chamado “Caso Eloá” ter assumido grande repercussão na opinião pública, não era raro ouvir histórias e encontrar meninas e mulheres que viviam situações parecidas. Eu me identifiquei com Eloá, assim como muitas das minhas colegas se identificaram naquele momento ou anos depois. Seria possível que todas nós tivéssemos feito escolhas tão equivocadas como mera coincidência de infelicidades na vida?

Quando converso com mulheres à minha volta ou me ocupo em fazer uma rápida busca

em qualquer *site* de notícias, a ideia de que se trata apenas de uma porção de homens desequilibrados, doentes e fora do “padrão de normalidade” vai se afastando para dar lugar à percepção de que, na verdade, esses casos são sintomas. Ressalto que o que narrei é uma trajetória completamente circunscrita ao meu lugar social de mulher branca e acadêmica, inserida nestes espaços de debate. A partir disso, não tenho condições de afirmar que este caso segue presente na memória constante de mulheres brasileiras. No entanto, é possível assegurar que os elementos simbólicos que perpassam a história não são, de forma alguma, estranhos às experiências femininas, especialmente no Brasil e em toda a América Latina.

### **Não apenas descrições, mas inquietações metodológicas**

O exercício de qualquer trabalho científico pressupõe os seus “modos de fazer”. Estes são frutos dos caminhos percorridos, testados e experimentados por um conjunto de especialistas que em algum momento tiveram dentro do próprio campo acadêmico suas técnicas legitimadas enquanto abordagens teórico-metodológicas:

Para pesquisar, precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008, p. 148 *apud* SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 4).

Isso não pode significar, de forma alguma, que esses modos sejam estanques ou que existam fórmulas intocáveis capazes de responder a questionamentos que sejam universalizados, principalmente tratando-se da pesquisa em Ciências Humanas.

Creio ser importante ressaltar, uma vez que este trabalho tem uma escrita que abriga um forte cunho pessoal, que embora a esteja desenvolvendo em um programa de pós-graduação em Ciências Sociais, recorro regularmente às discussões teóricas próprias à História e essa escolha não se dá por acaso. Ser historiadora por formação sem dúvidas moldou e continua moldando as perguntas direcionadas ao meu objeto e contribuiu para o desejo de não apenas analisar narrativas, como também produzi-las. Sigo na tentativa de compreensão do meu próprio trânsito entre áreas a partir dessa elaboração de ressignificações que me auxiliam na construção da dissertação.

Além disso, partindo do pressuposto de que História é a ciência que tem como pilar o trato documental, é possível afirmar que a partir de uma crise dos paradigmas na segunda metade do século XX, a ideia positivista de ciência até então hegemônica deixa de fazer sentido

em um contexto de esfacelamento de todas as certezas científicas, resultando em uma onda de reformulação essencialmente forçada da maior parte das Ciências Humanas. Dessa forma, se em um primeiro momento um documento só era possuidor de validade científica porquanto fosse por escrito e oficial – ou seja, emitido por algum órgão público ou instituição –, agora a noção vem sendo, aos poucos, ampliada.

Em suma, o pesquisador foi sendo capaz de construir aos poucos os elos que fizeram (e fazem) com que um documento seja válido a partir dos questionamentos que são direcionados a ele, além da capacidade de articulação entre presente e passado que ele nos oferece, sendo um simples bilhete, um relato informal, uma imagem ou uma gravação em vídeo. A autora Alessandra Pimentel pontua:

A investigação confere um valor histórico ao documento à medida que o pesquisador é capaz de superar os limites inerentes ao próprio material com que trabalha e, ao mesmo tempo, reconhece serem sua postura e experiência de vida compostas por uma bagagem que é histórica. (PIMENTEL, 2001, p. 193)

Sendo assim, o trabalho documental com fontes jornalísticas – que se constitui na maior parte da documentação que possuímos no momento –, é perfeitamente plausível uma vez que “o jornal impresso é usado como fonte tanto para construir a História da Imprensa, quanto para a construção da história social, cultural, política e/ou econômica da sociedade que reflete” (JESUS *et al.*, 2015, p. 2).

Aqui pontuo que apesar dos meios de comunicação terem atuado de forma intensa e até mesmo direta no Caso Eloá fazendo com que seja indispensável passar por seus vestígios durante a pesquisa, o viés privilegiado não será uma análise especificamente técnica do material, mas sim um trabalho de crítica científica e de desmembramento de discursos, na tentativa de responder às problemáticas que já foram lançadas e as que aparecerem ao longo do percurso.

Questiono que – apesar deste ter se tornado emblemático o suficiente para gerar comoção de grandes veículos midiáticos e de fisgar uma audiência considerável ao ponto de manter o interesse em sua constante cobertura –, não se tratou de um caso extraordinário, único, de uma grande tragédia nas definições mais básicas do termo. No fim do dia 18 de outubro de 2008, Eloá deixa de ser uma das personagens daquela espécie de “*reality show*” e passa a ser mais uma entre várias das vítimas no Brasil daquele ano. Lindemberg deixa de ser o “bom moço trabalhador” que perdeu a cabeça por conta de ciúmes mal resolvido e passa a ser mais um homem de periferia a ocupar o sistema prisional. O CDHU abandona o posto do cenário mais

vigiado das últimas 100 horas e volta a ser o local de residência de centenas de famílias, que por todos os cantos assistem às equipes se retirarem.

A partir das próximas seções, escrevo sobre os três principais personagens que considero fundamentais a partir do exame das fontes no desenvolvimento dessa trama, sendo eles: o Conjunto Habitacional Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, Lindemberg Alves Fernandes e Eloá Cristina Pimentel. Em seguida, fundamentada a partir das minhas leituras de obras da antropóloga argentina Rita Segato, apresento as categorias de Feminicídio, Colonialidade, Gênero e Violência, analisando de que forma elas e suas interações me ajudam a localizar o Caso Eloá Pimentel e suas representações no Brasil nos fins da primeira década dos anos 2000 e no decorrer da segunda.

Entrei no mestrado inegavelmente cheia de dúvidas. Mas mantive alguns princípios estabelecidos como certezas. Eu não queria fazer uma pesquisa sobre gênero e nem sobre mídia. Nas minhas primeiras conversas com a minha orientadora, eu reforçava essas certezas em alto e bom som até ouvir dela que isso poderia ser um tanto quanto complicado de executar já que esses eram os dois elementos norteadores dos discursos e memórias sobre o caso. Acredito não ser necessário dizer que essa pesquisa é sobre gênero e que, de fato, não foi possível desviar deste debate do modo que achei que faria. Porém, descobri ao longo do processo de pesquisa que também o conceito de gênero é disputado teoricamente e permite diversas perspectivas e abordagens. E a abordagem decolonial, realizada sobretudo por autoras latino-americanas e feministas negras, se revelou um importante caminho analítico ao longo do processo de pesquisa.

Na realidade, não sei ao certo nomear as razões que me faziam ter todo esse medo de me posicionar no mundo da academia – e no mundo fora dela – enquanto uma pesquisadora da temática gênero. Penso que isso se deve, em partes, a um medo do peso que esse título poderia carregar, já que em minhas lembranças dos tempos de universitária, quem assim se posicionava ficava sempre acorrentada a uma espécie de estereótipo na carreira. Por outro lado, hoje consigo conceber que ao tentar me afastar de determinadas discussões munida por todas essas barreiras, estava inconscientemente me esquivando de pensar e falar sobre as dores de Eloá, de Nayara, de Ana Cristina, da mãe de Lindemberg, de suas duas irmãs e de tantas outras mulheres e meninas, das avós, das tias, das amigas, das telespectadoras, das leitoras e em última instância, das minhas.

Atualmente, conseguindo acessar todas essas questões, abri mão de muitos dos conceitos pré-estabelecidos e realoquei as minhas concepções e sentimentos para lugares um pouco mais adequados.



Nitidamente, o assassinato de Eloá é um caso de violência de gênero. Mas minhas inquietações identificavam também os marcadores sociais de cor e classe. É um caso que pode iniciar a discussão sobre os limites éticos da atuação midiática no Brasil ou até mesmo sobre sua estrutura misógina, mas também não se encerra aí. Poderíamos falar sobre a atuação policial, se houve ou não erros na maneira como conduziram a situação, entrar no debate de “quem atirou primeiro: o sequestrador ou a polícia?”. Mas a análise de um fato social e histórico necessita do trabalho de posicionar a lupa, de esmiuçar os detalhes que por ventura possam ter sido negligenciados e que irão me instrumentalizar na construção da minha própria narrativa.

### **O espaço**

Antes de mais nada, acredito que seja necessário pontuar que desde o início, o sujeito de pesquisa foi se apresentando como um universo próprio, complexo, que é constituído e atravessado por uma série de elementos que se inter-relacionam, tornando impossível de serem definidos de forma simplista ou estanque. Portanto, toda a sistematização que a partir daqui apresento envolveu uma série de escolhas que fiz no sentido de ressaltar o que em minha visão é mais latente para a concepção do Caso de Eloá.

Seguindo dessa forma, penso que compreender especificamente a delimitação do espaço geográfico ao qual o sujeito de pesquisa é circunscrito vai muito além de conhecer o palco em que ocorrem os fatos. Aquele conjunto habitacional na periferia de Santo André figura entre um dos principais elementos formadores dos agentes envolvidos e como aquele que possibilitou a convergência de seus caminhos em determinado momento, visto que tanto Eloá como Lindemberg residiam naquele mesmo condomínio

De acordo com o *site* institucional, a empresa CDHU se uniu ao Governo do Estado de São Paulo e à Secretaria de Habitação em 1967, a fim de executar programas voltados à construção de moradia para população de baixa renda. Continuando sua apresentação, se define como uma das maiores companhias do mundo em seu ramo, movimentando 1,5 bilhões de reais por ano e presente em cerca de 639 municípios do Estado. No entanto, a pesquisadora Luciana de Oliveira Royer aponta em sua Dissertação de Mestrado intitulada “Política habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU” (2002), que a institucionalização da empresa na realidade passou por um longo processo que se deu em conjunto com o desenvolvimento da questão habitacional a nível federal. Mais do que isso, através dele pode-se enxergar sob que viés essas Políticas Públicas foram concebidas e articuladas no Brasil.

Criada em 1949 com o nome CECAP – que significa Caixa Estadual de Casas para o Povo –, funcionava diretamente ligada à Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio no governo de Adhemar de Barros, e foi pensada para realizar empreendimentos habitacionais públicos no Estado de São Paulo. Em 1962, foi convertida em “sociedade de economia mista”:

[...] a Companhia passava a ter diretoria profissionalizada, conselho de administração e conselho fiscal, contabilidade própria, corpo de funcionários sob sua responsabilidade, e, principalmente, possibilidade de celebrar contratos escapando dos rígidos controles do Direito Público”. (ROYER, p. 36, 2002)

Sob essa denominação, a CECAP deixa tanto na capital como no interior do Estado, um marco decisivo na construção de conjuntos habitacionais, segundo pontua Royer (2002). Em 1981, a empresa passa a se chamar CODESPAULO e passa a responder outras demandas mais latentes específicas do cenário paulista, como por exemplo, o grande déficit habitacional que já estava alimentado pelo desenvolvimento industrial e urbano na capital e adjacências.

Há de se levar em consideração a conjuntura política no Brasil, que na década de 1980, aos poucos saía de um regime autoritário centralizador e se engrenava ao intenso e complexo processo de redemocratização. Refletindo um cenário de crise econômica generalizada, Estados e Municípios encontravam obstáculos para manter o mínimo de autonomia financeira para investir de alguma forma nessas e em outras políticas pensadas e reivindicadas pela população. Segundo nos mostra a autora, isso se deu em grande parte por conta de uma limitação no poder de decisão. Também é necessário pontuar que as pautas relacionadas à habitação, nesse momento apareceram de forma estrondosa entre movimentos sociais organizados que começavam a despontar com muita força em São Paulo. Isso fez com que os discursos por políticas públicas e universalização de direitos de alguma forma penetrassem na agenda de compromissos dos novos governadores, que após um longo período ditatorial passaram a ser democraticamente eleitos.

Conforme a pesquisa de Luciana Royer (2002), no início da gestão do governador Franco Montoro (1983-1987) foi elaborado um documento contendo as principais diretrizes e intenções para a política habitacional envolvendo o Estado. Diretrizes essas elaboradas a partir de um diagnóstico que apontava a urgência da ação interventiva do poder público no déficit habitacional que tornou a demanda explosiva, tendo em vista o crescimento bombástico do número de favelas e cortiços na capital, alimentando confrontos, reintegração de posse e ocupações. A partir de trechos do documento apresentados pela pesquisadora, destaco o seguinte:

[...] melhorar as condições de moradia para os estratos socioeconômicos historicamente excluídos de programas habitacionais / ampliar a oferta de moradia de interesse social para extratos marginalizados / adequar o modelo de moradia à situação socioeconômica da maioria da população e às condições físico- ambientais do local;”(ROYER, p. 41, 2002).

Ora, para a análise que está sendo feita neste tópico é importantíssimo que haja compreensão de que aquele espaço do CDHU - Jardim Santo André, é fruto de uma tentativa institucionalizada de padronização habitacional aos moldes da classe média brasileira, de forma que o “morar” de uma série de famílias fosse higienizado em oposição aos cortiços, barracos e tudo o que a socialização e a ocupação de espaços por parte dessas pessoas pudessem gerar. É também nesse contexto que o nome CODESPAULO dá lugar à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo, em 1984, e no ano seguinte torna-se Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.

Na década de 1980, especialmente após a Constituição de 1988, foi possível a existência de uma estrutura administrativa estadual para que houvesse o financiamento e a promoção de políticas habitacionais. No governo de Orestes Quércia (1987-1991), a CDH estruturou-se tal qual um modelo de produção de unidades habitacionais em massa. A empresa passou a ser uma “[...] grande gerenciadora de construtoras, adotando padrões de eficiência próprios da administração privada e voltando a atenção para os ganhos de escala propiciados pela provisão em massa de unidades habitacionais” (ROYER, 2002, p. 56).

É importante ressaltar que o município de Santo André é um exemplo frequentemente resgatado nas análises de tais processos por se tratar de uma cidade utilizada como campo de “testes” para políticas públicas direcionadas à habitação (DENALDI, 2004), justamente pela sua complexidade geográfica, demográfica, e socioeconômica. O bairro Jardim Santo André, segundo o mapeamento da população jovem e suas vivências no município que leva o mesmo nome feito por um grupo de pesquisadoras, quer seja “Mapa das juventudes de Santo André, SP: instrumento de leitura das desigualdades sociais” (2010), pode ser considerado como periférico.

O que isso realmente significa naquela realidade, segundo os resultados da pesquisa, é que lá estão concentrados os jovens com menos acesso à riqueza em detrimento dos jovens que residiam em bairros considerados centrais. No estudo, mais outras duas gradações intermediárias foram identificadas: a “quase central” e a “quase periférica”. O mapeamento foi feito pensando em jovens de 15 a 24 anos e contou com importantes variáveis discriminantes entre os grupos, as quais estavam relacionadas ao trabalho, migração, escolaridade,

fecundidade, posição do jovem no domicílio, presença de cônjuge ou companheiro, condição de moradia e posse de bens.

Esta é uma discussão relevante à medida que nos dados coletados, frequentemente a palavra “periferia” vai ser usada para definir o espaço CDHU, ou por vezes para caracterizar Eloá, Lindemberg e seus respectivos familiares. Por si só, “periférico” não representa necessariamente um posicionamento econômico vulnerável. Entretanto, ao falar dos dois, falo de jovens filhos de migrantes nordestinos que saíram de seus estados em busca de melhores condições de vida, falo de configurações familiares adversas e especialmente no caso de Lindemberg, falo de formação escolar e empregos precários. Esses pontos os atravessam em socializações e vivências em todas as áreas de suas vidas.

Portanto, é essencial compreender que existem várias maneiras de se vivenciar a juventude e que ultrapassa a questão geracional, já que a classe social vai ser um marcador decisivo na hora de acessar bens materiais e culturais: “A categoria espaço permite reconhecer a heterogeneidade urbana, uma vez que incorpora a estrutura e a dinâmica social – onde e como vivem as pessoas; o que determina a produção e a circulação dos bens e serviços” (COUTINHO *et al.*, 2014).

Logo abaixo desenvolvo o tópico elencando algumas matérias de jornais selecionadas que trazem o elemento do condomínio, reflexo direto do referido processo de favelização. Respeitando aqui a ordem cronológica, a primeira delas é publicada na plataforma de notícias G1 em 12 de fevereiro de 2012 e tem como título “‘Só tive problemas’, diz moradora do apartamento onde Eloá foi baleada”. A entrevista feita pela equipe no local, e de acordo com o texto, foi possibilitada por uma vizinha que “pediu discrição para não chamar a atenção de traficantes que atuam na área. (Figura 11)



**Figura 11-** O apartamento 24 na CDHU em Santo André. Foto de Kleber Tomaz  
Fonte: Portal G1, 2012.

O jornalista então procede contando a história de Daniela, a auxiliar de limpeza que mora no apartamento 24 desde 2009, junto do marido e do filho. Ele a descreve como uma mulher que aparenta ter mais idade do que os seus então 29 anos, e apresenta o depoimento da mesma, no qual ela relata de que forma estar naquele local influenciou sua vida e a vida de sua família:

*Eu evito falar com jornalistas porque alguns não me deixam em paz. Por causa de alguns repórteres eu perdi o meu emprego. Desde que vim para cá eu perdi o emprego por conta do assédio da imprensa querendo saber quem mora no apartamento que foi de Eloá. Repórteres foram até o meu trabalho irritando meus chefes que não quiseram ver o nome da empresa na mídia. Resultado: me mandaram embora e não consigo outro emprego porque fiquei marcada como a moradora do apartamento da Eloá.<sup>3</sup>*

Daniela, que declara a preocupação com a ordem de despejo que possivelmente viria do condomínio por falta de pagamento, também diz que apesar do medo das ameaças prefere não contatar a polícia, pois acredita no poder de Deus para proteger os seus.

A segunda matéria é da ocasião em que o crime completou uma década, mais especificamente do dia 13 de outubro de 2018. Produzida pela “Folha de São Paulo”, tem como título “Após 10 anos vizinhos ainda lembram a morte de Eloá na grande SP”. Nela se destacam

<sup>3</sup> Para mais, ver em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/02/so-tive-problemas-diz-moradora-de-apartamento-onde-elo-a-foi-baleada.html>

os relatos das marcas materiais que os fatos deixaram, como por exemplo sinais dos tiros e as pichações, que tiveram o objetivo de demonstrar apoio a Eloá, repudiar as ações de Lindemberg e até mesmo de questionar a ação policial.

Iraci Leite Souza de Queiroz, 59 anos, que mora no bloco 24 desde 1999, relembra o caso. *‘Era a Eloá sequestrada lá e a gente sequestrado dentro de casa, sem poder sair’*, afirma a ex-merendeira e amiga da família. A área foi toda isolada pela Polícia Militar.<sup>4</sup>

Nesse sentido, podemos observar de que forma aquele espaço se torna ainda mais estigmatizado e evidenciado enquanto cenário possibilitador do evento traumático, o que configura cisão elementar para o desenvolvimento das narrativas e reatualizações do caso.

Seguindo com a análise, apresento uma reportagem da coluna Cotidiano da “Folha de São Paulo”, do dia 18 de outubro de 2008 chamada “Namoro entre os dois começou quando garota tinha 12 anos e Lindemberg, 19”<sup>5</sup> O repórter que assina a matéria, Vinícius Queiroz Galvão, afirma que Eloá e Lindemberg moravam em blocos distintos, mas que se localizavam relativamente próximos dentre aqueles 50 prédios.

Ela, como citado em outro momento, dividia a casa com seus pais e dois irmãos; ele morava apenas com sua mãe, e suas três irmãs moravam em um terceiro bloco bem perto dali. Na mesma matéria, Lindemberg aparece localizado naquele espaço enquanto um rapaz “que não era da turma dos manos”, segundo os seus vizinhos.

Galvão (2008) afirma que um foi o primeiro relacionamento do outro, classificando-o enquanto um “romance pré-adolescente”, ainda que no início da relação, como o próprio título já entrega, Lindemberg já houvesse atingido a maioridade, ao passo que Eloá tinha 12 anos. A pouca idade de Eloá é um tópico que se fez bastante presente nos discursos sobre o caso, inclusive fazendo com que sua mãe, Ana Cristina, se pronunciasse à imprensa justificando-se sobre o assunto algumas vezes. No episódio da quinta temporada da série “Investigação Criminal” (2016), dedicado ao referido caso, o assunto inicialmente aparece atrelado justamente à questão espacial.

Logo no início da fala sobre o namoro, Simone Duarte, amiga da família Pimentel, diz que “quando você mora numa região de periferia a mãe trabalha, o pai trabalha, ou você deixa a criança namorar, no caso era uma criança, ou ela poderia estar namorando escondido, o que

<sup>4</sup> Para mais, ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/apos-10-anos-vizinhos-ainda-lembram-a-morte-de-elo-na-grande-sp.shtml>

<sup>5</sup> GALVÃO, V. Q. Namoro entre os dois começou quando garota tinha 12 anos e Lindemberg, 19. In: *GI* [online], 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1810200810.htm>. Acesso 20 dez. 2020.

seria muito pior”. A partir de tais afirmações, podemos inferir a representação daquele local de periferia enquanto agente construtor dessas afetividades?

### **Lindemberg Fernandes Alves**

A frase que antecede este tópico e finaliza o anterior, na realidade foi pensada como uma afirmação, não uma pergunta. Ao reler, enquanto escrevo essas linhas, me parece um tanto quanto simplista (ou até mesmo absurda). No entanto, ao voltar no tempo e compreender o que me levou a colocar dessa forma, me vieram na cabeça algumas questões importantes.

A princípio, pensei: em se tratando de afetividades, quão presunçosa sou eu para tentar mapeá-las de maneira exata ou até mesmo remotamente aproximada, ainda mais se tratando de uma experiência da realidade tão diferente da minha? Acredito na impossibilidade de fazer deste um dado científico minimamente preciso. Logo em seguida me questioneei: quem disse que o Caso Eloá é sobre afetividades? Como já mencionei em outro momento, este é um acontecimento de causas e efeitos bastante complexo, que comporta a observação por múltiplos ângulos. Não é meu lugar dizer qual é a agência e o alcance das afetividades nessa história.

No entanto, construindo esta dissertação dentro de programa de pós graduação em Ciências Sociais, não posso afirmar que os sentimentos e subjetividades não têm uma base histórica e socialmente construída. Assim, respondendo minha própria pergunta, não acredito que seja possível pensar o local de periferia enquanto o único ou até mesmo principal construtor da relação de Eloá e Lindemberg. Complementando essa reflexão, é importante pontuar que a relação dos dois revela um jovem adulto que se interessou romântica e sexualmente por uma pré-adolescente, e o gatilho para o espanto dos telespectadores foi o fato da família da garota, mais especificamente sua mãe, não ter feito nada mais efetivo para proibi-la de namorar. Como se para Eloá tivesse faltado uma espécie de limite que barrasse o desenvolvimento de uma relação precoce. Como se Ana Cristina tivesse cometido uma falha em sua criação.

No sistema patriarcal, os corpos femininos que mais interessam são aqueles livres de marcas do tempo ou da vida, sem cheiros, sem pêlos, intocáveis, angelicais. A normalização de relações com perspectivas geracionais tão distintas, é retroalimentada pela carga física, sexual e emocional colocada sobre meninas e mulheres, que dizem que a condição para que se encontre o amor na perspectiva romântica é que amadureçam para suportarem os distintos pesos que lhes serão atribuídos ao longo da vida, mas que nunca será permitido o envelhecer. Ao homem hétero – especialmente o branco – cabe o poder das escolhas e decisões que mais forem agradáveis ou úteis.

À medida em que o caso ia atingindo grande repercussão, muito se especulou sobre a vida e o temperamento de Lindemberg, como se fosse esperado algum um “indicativo” prévio que servisse de explicação para o fato de aquela figura considerada pelos amigos como um “[...] menino bom, que nunca se envolveu com o crime ou com drogas. Nem bebia [...]”, pudesse ter cometido um ato tão terrível quanto esse. Para as irmãs, ele “não era bandido, era trabalhador” que não soube lidar com o término e entrou em depressão. Já outros vizinhos e alguns amigos de Eloá descreveram Lindemberg como “ciumento”, “possessivo” e “arrogante”. Ele, como já mencionado em outro momento, residia com a mãe em um apartamento e suas três irmãs em outro.

Na notícia do portal “Dourados Agora”, que tem como título “Irmã pede que rapaz liberte a ex namorada e se entregue”<sup>6</sup>, Suzi Fernandes Alves, na época com 26 anos, começa descrevendo o intenso sofrimento que todas elas, em especial a mãe, estavam passando. Inclusive ressaltando que a mesma permanecia medicada durante os dias de cárcere. Suzi conta que o rapaz é o mais novo dos filhos e que este tinha apenas dois anos quando sua mãe migrou da Paraíba para São Paulo em busca de “tentar a vida”; e, desde então, permaneceu cuidando de todos sozinha.

Informações mais aprofundadas sobre a história da família são escassas. Uma matéria publicada no *site* “NSC Total” no dia 21 de outubro de 2008, nos apresenta uma breve fala do pai de Lindemberg, o agricultor José Luciano. Com o título “Pai de Lindemberg diz que filho tem que pagar pelo crime”<sup>7</sup>, o morador da zona rural do município de Teixeira, que fica a 330 km da capital paraibana João Pessoa, afirma que em sua opinião a justiça deve fazê-lo pagar pelo que deve. Na ocasião, o rapaz já estava preso, mas ainda não havia sido julgado.

José Luciano afirma que ficou bastante surpreso com a atitude do filho e a atribui a um momento de loucura, pois ele mesmo já havia sido jovem e tal ato nunca havia passado pela sua cabeça. Também criticou a ação da polícia, atribuindo uma parcela de culpa do desfecho ao fato da escolha de não agir no momento em que liberaram “a primeira moça”, se referindo à Nayara Rodrigues.

Aqui abro um parênteses para falar um pouco sobre essa adolescente que vivenciou os fatos de maneira direta e foi parte crucial no desenvolver tanto das narrativas sobre o caso, quanto a própria ação da polícia, sendo a única que permaneceu viva e em situação de liberdade, apesar das sequelas físicas e psicológicas. Neste momento, me limitarei a trazer para a análise

---

<sup>6</sup> Ver em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/brasil/irma-pede-que-rapaz-liberte-ex-namorada-e-se-entregue>

<sup>7</sup> Ver em: <https://www.nscototal.com.br/noticias/pai-de-lindemberg-diz-que-filho-tem-de-pagar-pelo-crime>



algumas de suas declarações enquanto dados sobre a personalidade de Lindemberg e natureza da relação entre ele e Eloá.

Na ocasião do julgamento, no ano de 2012, o caso voltou a ser noticiado pelos veículos de imprensa de forma mais constante. Em 13 de fevereiro daquele ano, o “portal G1” publicou a matéria “‘Ele me odiava e odiava minha mãe’, diz Nayara sobre Lindemberg”<sup>8</sup>. Esta matéria trazia uma recapitulação do depoimento de quase duas horas por ela prestado no Fórum de Santo André. Nele, Nayara conta que Lindemberg a enxergava enquanto uma má influência para Eloá e que a via enquanto uma das responsáveis pelo término definitivo do namoro, apesar de relatar que durante a relação os dois nunca haviam entrado em nenhum tipo de conflito.

Em uma outra cobertura do depoimento, feita pela revista “Veja”, figura maiores detalhes sobre o término e de que forma a situação foi se mostrando ameaçadora. Sob o título “Nayara: ‘Eloá sabia que iria morrer’”, o texto afirma que:

Nayara contou que conheceu o réu e Eloá em 2008 e que, antes do término do namoro, a amiga nunca havia falado a respeito de agressões e ciúmes do namorado. ‘Ele terminava o namoro sem explicações e logo depois, pedia para voltar como se nada tivesse acontecido’, contou Nayara. ‘Daquela última vez, ela disse que não queria mais, que estava cansada daqueles altos e baixos’. A única agressão da qual Nayara soube aconteceu pouco mais de um mês antes do cárcere, quando Lindemberg bateu em Eloá num ponto de ônibus<sup>9</sup>.

Transitando entre temporalidades, volto ao ano de 2008 com o intuito de apresentar outros dados importantes sobre a construção de Lindemberg enquanto personagem dentro desta trama. Sendo assim, relembro que uma das características mais marcantes do caso foi a presença direta, constante e incisiva dos mais diversos meios de comunicação, que tinham suas equipes a postos no local para garantir a maior proximidade possível do interior daquele apartamento durante aquelas 100 horas. O caso também se torna emblemático justamente por levantar a discussão de qual seria o papel das mídias em momentos como esse.

As coberturas transitavam entre as mais sóbrias e as mais sensacionalistas. Um dos exemplos que mais se destacaram neste cenário foi o “A Tarde é Sua”, da RedeTv. Comandado pela apresentadora Sônia Abrão, o programa televisionou uma entrevista ao vivo com o sequestrador ao telefone. Abrão ocupou um espaço de “apaziguadora”, segundo ela mesma, no qual buscava demonstrar ao outro lado da linha uma preocupação quase materna: “O pessoal que te conhece também está falando que você sempre foi calmo, sempre foi trabalhador, sempre

---

<sup>8</sup> Ver em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/02/ele-me-odiava-e-odiava-minha-mae-diz-nayara-sobre-lindemberg.html>

<sup>9</sup> Ver em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nayara-eloasabia-que-ia-morrer/>.

foi um cara legal, que o que você tá fazendo hoje deve ser um surto que você tá passando, é uma crise emocional muito séria” *[sic]*<sup>10</sup>.

A apresentadora, na ocasião, contava no estúdio ao vivo com um corpo de analistas composto pelo advogado criminalista Ademar Gomes e pelo psicólogo Haroldo Lopes, que até 2014 fez participações fixas no programa. A ideia era que as contribuições dos dois girassem em torno de orientar o público partindo de suas experiências profissionais e expectativas para o fechamento da situação. Uma das falas mais emblemáticas acontece quando Gomes é questionado por Sônia Abrão sobre sua avaliação dos fatos e diz que espera que tudo “termine em pizza e num casamento futuro entre ele e a namorada apaixonada dele”.

Um dos trabalhos de cobertura ao vivo que também ficou em evidência foi o da Rede Record. Na plataforma Youtube, o vídeo “Ana Hickmann pede Tchauzinho ao Lindemberg”<sup>11</sup>, que conta com mais de 80 mil visualizações e aproximadamente 190 comentários em sua maioria demonstrando revolta com a atitude da emissora e da imprensa no geral, mostra o momento em que na marca das 70 horas de cativeiro a apresentadora pede para que os três acenem para as câmeras, justificando que isso traria algum conforto às famílias e aos telespectadores. O apresentador Britto Júnior repete constantemente que “está tudo resolvido” e que o rapaz, que havia dito inicialmente “faria uma bobagem” ou um “ato impensado”, já havia “se arrependido”.

Na ocasião de seu julgamento, Lindemberg prestou um depoimento de aproximadamente quatro horas e, de acordo com a matéria do dia 15 de fevereiro de 2012, publicada no *site* de notícias Uol, ele se justifica dizendo que “quando a polícia invadiu, Eloá fez menção de levantar e eu, sem pensar, atirei”<sup>12</sup>. Negou que planejava atirar nas meninas e que por um momento, durante o sequestro, o clima estava leve e em tom de “brincadeira”.

Ele ainda relatou que andava armado apenas porque havia recebido ameaças de morte alguns dias antes. Disse que precisava garantir a sua segurança e por essa razão, havia comprado a arma em um parque com uma pessoa. Na ocasião do sequestro, disse que só precisou sacar a arma porque ao questionar Eloá sobre uma possível infidelidade, a mesma “mentiu”, de acordo com o próprio:

O réu reiterou que não confiava no trabalho da polícia. "Eu não tinha confiança na polícia, até pelo que aconteceu naquele ônibus do Rio de Janeiro [o sequestro do ônibus 174, em 2000, terminou com a morte de uma refém]. Então uma delas deu a

<sup>10</sup> Para mais, ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRhkZZII5EE>

<sup>11</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=O7-nsKMH-sU>.

<sup>12</sup> Ver em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/15/no-terceiro-dia-de-julgamento-lindemberg-da-sua-versao-do-caso-elo-a-e-assume-disparo.html>.

ideia de que seria mais confiável falar com a imprensa do que com a polícia", afirmou, justificando o fato de ter dado entrevistas durante o cárcere<sup>13</sup>

A alusão ao sequestro do ônibus 174, adiciona a essa discussão um elemento crucial, uma vez que perpassa de uma forma bastante interessante pelos referidos aspectos simbólicos alinhados e necessários para a construção do caso, os quais são sentidos e discursados por aquele indivíduo que atribui ao mundo os seus significados. Ora, tanto Lindemberg Alves quanto Sandro Barbosa do Nascimento, ator no fato mencionado, eram homens jovens que na ocasião viviam em espaços periféricos, localizados com suas particularidades nas duas maiores capitais do país. Suas realidades provavelmente jamais se cruzariam se não fosse a partir desses dois casos, que apesar de distintos, ganharam atenção nacional.

Dessa forma, devido à complexidade dos casos, penso que aqui, sem dúvidas, caberia examinar a fundo os mais diversos elementos que marcariam essas diferenças, os desfechos e as coberturas. Entretanto, o que mais salta aos olhos é que ainda que se trate de dois homens que invadiram a lógica de determinados espaços portando armas e, em última instância se tornaram responsáveis pelo assassinato de duas mulheres. O primeiro deles se integra com certa facilidade ao padrão de jovem desesperado que não soube lidar com a dor de um amor que se encerrava, aquele que não possui nenhum antecedente, é trabalhador e até mesmo aquele que é digno de julgamento e de encarceramento. Ao segundo, coube o título de assaltante e em última instância, a morte por asfixia na traseira do camburão.

Com isso, o intuito não é desviar o foco do tema da pesquisa que em suma trata da violência contra mulheres. Entretanto, de forma alguma pode-se negligenciar o fato de que quando me volto à construção de Lindemberg enquanto um dos personagens na história, contamos com a raça sobrepondo sua condição social como marcador decisivo para tal.

A pesquisadora Carla Akotirene, no livro *O que é Interseccionalidade?*, publicado no ano de 2018, apresenta enquanto ferramenta o conceito do título como forma de análise da realidade. No momento aponto que não a realizarei de forma profunda, mas encaminho para a finalização do tópico ao expor a citação a seguir:

Branco lesam a nação inteira, agridem mulheres e, no entanto, têm penas suavizadas. A interseccionalidade leva em conta a classe, promotora das negociatas com as polícias e sistemas penais, diferentemente dos homens negros e pobres, aos quais foram imputados os estereótipos de perigosos, agressores de mulheres e maníacos sexuais". (AKOTIRENE, 2018, p. 62)

---

<sup>13</sup> Ver em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/15/no-terceiro-dia-de-julgamento-lindemberg-da-sua-versao-do-caso-elo-a-e-assume-disparo.html>.

Sob essa ótica, por ora acredito ser possível inferir que apesar de Lindemberg não estar completamente dentro do padrão de poder “cisheteropatriarcal” e burguês, se trata de um homem branco que ainda que violento e assassine uma mulher negra, é capaz de receber relativizações e considerações acerca de seus atos.

### **Eloá Cristina Pimentel**

Neste momento, introduzo uma das grandes inquietações dentro da minha pesquisa, que vem sendo trazer a questão da Raça enquanto uma categoria de análise, a problematizando dentro deste debate uma vez que esse é um elemento que não aparece de uma forma explícita em nenhuma das fontes coletadas, ou até mesmo dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre a temática, os quais tive acesso até o presente momento da construção desta dissertação. Ressalto que uma vez que apresento tal categoria, não o faço de forma a comprovar ou impor à Eloá a sua negritude, uma vez que a mesma não se autodeclara em nenhum momento e nem mesmo é assim descrita por parentes ou amigos

A discussão presente no texto “Branqueamento e Branquitude no Brasil” (2002), escrito pela pesquisadora Maria Aparecida Silva Bento, apresenta um ponto crucial para embasar essa argumentação. Neste trabalho, a autora traz, inicialmente, que a forma da identidade racial branca se constrói enquanto projeto ideal de ser humano. Além disso, apresenta os modos como este fornece bases para relações e vivências sociais dos brasileiros e brasileiras, fomentando o sistema opressor racista enquanto fundador da nação.

Portanto, a partir de ideais higienistas, a promoção de uma miscigenação orientada ao embranquecimento da nação em construção foi sistematicamente aplicada e atualizada das mais diversas formas. Sendo assim, à parcela negra da população – que figura a grande maioria – coube muitas vezes uma rejeição de sua cor e dos seus traços mediante a concomitante inviabilização, estigmatização e neutralização de tudo o que lhes pertencia por parte da branquitude. Dessa forma, o “ser negro” e o “ser branco” no Brasil carregam consigo indissociavelmente o mito da democracia racial, que tenta transformar em brancos as negras e negros de pele clarificada, que é o caso de Eloá.

Nos espaços midiáticos hegemônicos e acadêmicos, as pessoas negras sofrem

tentativas<sup>14</sup>. Dessa forma, posso localizar os desconfortos, principalmente os meus, em caracterizar Eloá enquanto negra apesar de seus fenótipos e do fato de que sua imagem foi extensamente reproduzida em rede nacional.

Deixo aqui para registro, que apesar das imagens da adolescente terem sido extremamente divulgadas nos jornais, revistas, programas de televisão e produções audiovisuais – inclusive aquelas em que aparece o seu corpo morto –, pouco se sabe sobre ela para além desse evento na documentação que analiso.

A necessidade de trazer o elemento Raça para a análise vem justamente a partir das considerações da autora Carla Akotirene e seu desenvolvimento do conceito de Interseccionalidade. O definindo enquanto uma “sensibilidade analítica” pensada por feministas negras, o conceito visa “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p. 14). Elementos interseccionais estão emaranhados em todas essas narrativas de forma intensa e complexa. A perspectiva aqui cultivada é que apenas quando se parte das interseccionalidades é que se pode avançar na construção de um saber decolonial, deslocado do eurocentrismo.

As lógicas feministas universalizantes, das quais pretendo me distanciar na construção deste trabalho, durante muito tempo se esforçaram e ainda se esforçam para conceber uma categoria unificada ao tratar as experiências femininas historicamente falando. No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que gênero, classe e raça não existem de forma independentes entre si e que as experiências individuais são formadas e atravessadas a partir dessas vivências.

Em Rita Segato e sua discussão sobre o feminismo decolonial, essa ideia aparece a partir do conceito de “círculos concêntricos” de agressões contra corpos femininos, os quais abrigam em si diferentes tipos de violência que vão se combinar e se sobrepor dentro de uma mesma vivência. Akotirene (2018) define a existência desses marcadores enquanto “avenidas identitárias” responsáveis por abrigar essa multiplicidade de opressões, apresentando estruturas que se colidem, interagem e se interseccionam. Portanto, análises que ignoram ou negligenciam as construções raciais dos sujeitos suprimem um elemento crucial não só na forma de auto reconhecimento, mas principalmente, como no caso de Eloá, na maneira como sua imagem foi construída, uma vez que sua imagem comunicou padrões.

---

<sup>14</sup> A escolha da palavra “tentativas” é proposital, uma vez que as/os intelectuais negros existem e resistem repensando epistemologias racistas, denunciando contradições e discriminações dentro dos espaços, ainda que sendo muitas vezes minoria justamente devido ao afastamento dos lugares de poder sistemáticas e sufocantes de apagamento em seus discursos e suas produções, resultando na contínua atualização do discurso embranquecido e no fortalecimento das heranças coloniais.

Em comparação à figura de Lindemberg e até mesmo à de Nayara, na ocasião da cobertura ao vivo do caso, Eloá não despertou, a princípio, a ideia de fragilidade normalmente orientada à branquitude, em especial às mulheres brancas que frequentemente estão postas no lugar de inocência e pureza. A documentação aponta isso quando aplica à sua figura um jogo onde mostra alguém que ora foi morta por suas más escolhas, ora pela sua atitude “promíscua” de namorar tão cedo, ora por sua ingenuidade – ainda que sua existência e localização simbólica e geográfica seja inteiramente marcada pelas próprias estruturas do jugo colonial racista, machista e cristão que autorizam a sua condenação mesmo depois de morta.

Não acredito ser possível construir um trabalho a partir de trocas éticas frutíferas e sobretudo compromissadas com o questionamento e consequente destruição do sistema cisheteropatriacal, ao abertamente negligenciar o que o elemento raça comunica no Caso Eloá. Essa ideia já vem sendo discutida há muito, especialmente por mulheres negras que fazem ciência.

Maria Aparecida Bento (2002) vai chamar de “Pacto Narcísico” aquilo que une a branquitude ao ignorar, na esmagadora maioria das vezes, o racismo presente nas situações e espaços frequentados, seja ele de forma objetiva ou subjetiva. Esse acordo não-dito se fortalece justamente a partir da existência de um medo – consciente ou inconsciente – da perda de espaço de privilégio, de uma possível ameaça ao *status quo*. A partir disso, Bento argumenta que as desigualdades raciais na sociedade brasileira sempre são consideradas um problema exclusivo de pessoas negras, uma vez que a estratégia de “desresponsabilização” branca criou raízes no Brasil como uma das principais armas do racismo instituído. Ela ainda aponta que “quando se deparam [brancos] com informações sobre desigualdades raciais, tendem a culpar o negro e, ato contínuo, justificar como merecem o lugar social que ocupam” (BENTO, 2002, p. 56).

Pensando as relações raciais especificamente dentro dos movimentos feministas, historicamente se constata que tais inquietações analíticas raramente vão partir de mulheres brancas, uma vez que por meio dessas vivências existe um grande conforto em assumir os seus corpos e suas experiências objetivas e subjetivas como universais (MACINICK; MATTOS, 2017):

[...] Não podemos negar que muitas das teorias feministas nascem de mulheres privilegiadas que vivem no centro e de quem as perspectivas de realidade raramente incluem conhecimento e consciência das vidas das mulheres que vivem na margem. Como consequência, falta totalidade nestas teorias, falta uma análise aprofundada que possa explicar melhor a variedade de experiências de mulheres. Apesar de feministas entenderem a necessidade de desenvolverem ideias e análises que englobem maior quantidade de experiências que servem para unir e fazer aliança, pela complexidade e irresoluta informação, acabam por segregar os movimentos. (p. 3)

Como apontam as autoras, ainda que na teoria exista sim um reconhecimento da necessidade de interseccionar, as análises não avançam muito – conforme a própria bell hooks (2015) descreve nos seus escritos. Segundo a autora, reconhecer mas não agir sobre, não constrói um espaço horizontal para diálogo dentro das produções e agendas.

As autoras pontuam que ainda hoje, talvez mais do que nunca, ainda é necessário confrontar a universalização do ser mulher entre as feministas brancas. Embora isso já seja anunciado, precisa-se repensar urgentemente, especialmente quando se trata da construção de políticas públicas/legislações. Isso deve fazer sentido no texto das leis e em suas mais diversas aplicações.

Nas páginas iniciais deste texto, falo sobre a dita autorização para produzir narrativas, a qual é concedida dentro do campo acadêmico/científico e suas relações de poder. Pensando em como estas se configuram, o que significa ocupar esse espaço sendo uma pesquisadora branca? Em meio a todas essas questões, essa dissertação me parece um bom espaço para refletir sobre isso.

A mim, mulher branca, nunca foi questionado o *status* de protagonista, caso eu quisesse assumi-lo. Mesmo não sendo mulher rica, se eu abraçasse a ambição, voltada a grandes realizações profissionais, nada – ou muito pouco – me seria questionado de forma que esta se tornasse completamente absurda, ou aos poucos totalmente inviável de perseguir. Diferentemente, por exemplo, da experiência de muitas mulheres negras nesses espaços. Ainda que as universidades correspondam a ambientes alimentados por um conhecimento com base racista e machista, existe uma grande presença de mulheres dentro do seu campo. A diferença é que a maioria é branca. Se isso fosse o que estivesse buscando desde a graduação – ou melhor, desde o ensino médio –, não tenho dúvidas que este espaço poderia ser assumido sem maiores questionamentos. Ao menos não haveriam questionamentos da minha habilidade em ser um corpo minimamente coerente com aquele espaço.

Sem dúvida alguma, me encaixo na lógica do processo de iniciação, onde quem não tem títulos pode sofrer as consequências por parte de quem não tem, com a garantia de que eventualmente eu poderia retornar para este lugar e exercer um poder opressivo sobre outros corpos. Existe aqui um exercício de ética que precisa ser feito e considerado: o meu trabalho será usado para reforçar dominação? Não existe de forma alguma nenhuma necessidade de falar por mulheres negras, uma vez que estas já o fazem há muito e muito mais tempo do que eu. Os passos vêm de muito longe. O que eu quero dizer sobre Eloá ao trazer para a discussão o elemento da raça? Quero dizer que é uma grande novidade a ser colocada nesta análise? Não. Quero dizer que nenhuma pesquisadora branca ou negra tenha visto sobre essa ótica? Não. Isso

está presente uma vez que não faz sentido algum pensar sobre um pedaço tão marcante da vida – e morte – de alguém e simplesmente não lidar com essa informação. Eloá não se autodeclarou negra, isso nunca saiu de sua boca.

No entanto, eu posso enxergar muitos momentos em que ela foi, por exemplo, hipersexualizada em detrimento de sua amiga branca. Isso pode não ter sido falado abertamente, o que não significa que os telespectadores não enxerguem a sua cor ou o que ela comunica. bell hooks no texto “feminist scholarship: ethical issues”, aponta que acadêmicos que escrevem sobre grupos aos quais não pertencem, raramente discutem sobre as questões éticas de fazê-lo. Tatiana Nascimento (2019) aponta que as discussões sobre branquitude são espaços primordiais para atitudes antirracistas, uma vez que a branquitude é um lugar de fala sobre o racismo.

Dessa forma, porque minha perspectiva aqui é importante? Venho colocando muito isso durante meu texto. Penso o caso Eloá, num primeiro momento, como um caso que não foi imediatamente percebido tal qual um problema de gênero. Digo isso a partir de uma perspectiva individual e também como espectadora do espetáculo midiático construído na época, bem como da minha vivência com um relacionamento abusivo que me gerou o medo e a conformação durante a minha adolescência e, por fim, de que forma eu liguei isso ao caso de maneira tão próxima a ponto de lembrar com tanta exatidão como me senti no momento.

Hoje, dentro de um espaço onde posso fazer minhas escolhas acadêmicas, guio-me a partir da prerrogativa feminista de multiplicidade / interseccionalidade. Portanto, no que eu chamo de segundo momento, tomo uma distância e penso: o que realmente temos em comum e o que temos de diferente? O que Nayara tinha em comum com Eloá e o que tinha de diferente? O que Eloá tinha de comum com outras mulheres que foram vítimas de abuso e feminicídio e o que tinha de diferente? Quem era Eloá? O que ela tinha a dizer de tudo isso? Por que trabalhamos ao redor de tantos espaços de fala vazios? Ela teve tempo suficiente para se compreender identitariamente? Ela teve a oportunidade que eu tive? Por que não?

Por que este corpo foi tão ignorado, colocado como um ato secundário ainda que todo o “*show*” estivesse sendo construído a partir de sua casa, de sua amiga, da sua ex-relação, da sua família sendo apontada como criminosa, negligente ou descuidada sobre a sua vida e sexualidade? Por que ora inexistente, ora uma moça muito bonita, ora muito generosa, ora descontrolada com os seus desejos a ponto de namorar tão cedo? Isso faz a diferença na maneira como nos lembramos dela? Na maneira como este caso repercute? A meu ver, é nítido que sim. Por isso considero minha perspectiva importante. Não inédita, importante.

Todos esses juízos de valores citados acima estão presentes nas minhas fontes, de forma que podem ser comprovados. Isso também constitui um outro grande motivo. Tanto é que trazer



a questão da raça surgiu a partir da pesquisa e da análise e não, a princípio, por mim, a fim de satisfazer qualquer desejo de representatividade vazio.

Sobre a história de vida de Eloá, a mesma nasceu em Maceió no dia cinco de maio de 1993. Ela veio com a família ainda pequena para São Paulo. Morava junto de sua mãe, pai e seus dois irmãos mais velhos. Quando observamos as produções jornalísticas especialmente do ano de 2008, a adolescente é descrita quase que fundamentalmente a partir de sua relação com seu agressor. As informações se constituíam no fato de que a menina de 15 anos teria encerrado a relação pela primeira vez por vontade própria, não teria intenção de voltar e se sentia ameaçada pelo ex- namorado que havia se tornado ainda mais ciumento e possessivo após o término. Segundo depoimento posterior da amiga Nayara Rodrigues,

Com o fim do namoro, Lindemberg começou a perseguir a ex-namorada, passando de moto todos os dias na saída do colégio. “Ele nunca estacionava, mas sempre passada, como que mostrando que estava por perto”, disse a adolescente. “Ela se sentia bastante ameaçada e um dia desviamos o caminho para contar para a mãe dela, que estava trabalhando, o que vinha acontecendo<sup>15</sup>

Durante o sequestro e as entrevistas que foram realizadas de dentro da casa, Eloá apareceu algumas vezes com falas que giravam em torno de acalmar os familiares, os amigos e em certa medida, os telespectadores que tudo acompanhavam. Em outros momentos, o que se vinculava eram imagens de seu sofrimento e desespero capturados pelos vãos das janelas. Em um dos áudios das negociações gravados pela polícia, é possível ouvir sua voz dizendo à Lindemberg que não era sua namorada, após ele assim a chamar. Logo em seguida, escuta-se seus gritos, possibilitando o entendimento de que teria sido agredida naquele momento.

Também é necessário pontuar que a invasão do cativeiro pelo GATE foi televisionada por diversas emissoras e conseqüentemente, como já mencionado acima, a imagem de seu corpo saindo na maca, desacordado e baleado na cabeça e virilha. No dia 18 de outubro de 2008, teve sua morte cerebral anunciada em rede nacional após ter entrado em um coma irreversível. No dia 20, de acordo com a reportagem do Correio 24 horas, cerca de 12 mil pessoas se reuniram no local para acompanhar o velório.

No processo de seleção e análise documental, notei que as notícias sobre o assunto tiveram uma veiculação expressiva em alguns marcos chave. Assim sendo, uma das coisas que mais chama a atenção é a maneira como o caso e cada um dos seus componentes passaram a ser retratados em perspectivas que se moldaram a partir da temporalidade, apesar de parecer

---

<sup>15</sup> Para mais, ver em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nayara-eloa-sabia-que-ia%20morrer/>

uma constatação bastante simples de ser feita. Entretanto, ao seguir mais a fundo nessa ótica, percebi que na realidade é na figura de Eloá que se pode enxergar as maiores variantes nas chaves de leitura e interpretação.

Vamos às análises. No primeiro dos recortes – sendo ele os últimos meses de 2008 –, as coberturas giravam em torno de fornecer as chamadas “notícias quentes”, e ao mesmo tempo se alimentavam de seu grande alcance. Como já pontuei no texto, neste período a imagem de Eloá é construída a partir de um cenário no qual ela é diretamente vitimizada, violentada no seu espaço privado e perante ao olhar público, onde o interesse está majoritariamente voltado à compreensão do que leva um bom rapaz a perder a cabeça, e onde se questiona o tempo todo a razão de uma menina tão nova escolher se relacionar com alguém, de qualquer forma.

A partir do momento em que há o óbito, ainda em 2008, Eloá também ganha uma camada de “santificação”, quando se exalta, por exemplo, a nobre atitude de doação de seus órgãos ou mesmo quando reúne milhares de pessoas em torno de um corpo que suportou o ápice da dor passando por uma grande “tragédia”, a partir da qual se apontava uma série de culpados: como a polícia, a sexualização precoce das jovens brasileiras, o descontrole do “crime passionnal”, invisibilizando as demais mulheres assassinadas em condições similares e transformando aquela em exceção<sup>16</sup>.

O segundo recorte que faço é localizado temporalmente em 2012. Nesse momento, como não poderia ser diferente já que se tratava do julgamento do acusado, vem à tona uma série de discursos no sentido de revisitar o acontecimento e a memória de Eloá. Destacamos em outros parágrafos algumas falas importantes de Nayara, que também mostrava de que forma estaria seguindo a vida sem a amiga e se recuperando do ocorrido, física e psicologicamente. Também destacamos algumas falas de Lindemberg a respeito de sua perspectiva dos fatos e de como a defesa trabalhou o seu discurso.

Outra matéria que também chama a atenção neste período, foi publicada em 15 de fevereiro de 2012 sob o título “Negociador e irmãos apontam a morte de Eloá como premeditada”, do portal de notícias Terra<sup>17</sup>. Ronickson, seu irmão mais velho, aponta que Lindemberg: “[...] era muito ciumento. A minha irmã nunca viveu a vida dela. Estava sempre com ele. Nunca vi ela sair com amigos, ir a um shopping. Não sei se era ele que não deixava ou ela não ia para não magoar ele”, disse. “Minha irmã vivia chorando pelos cantos”. O segundo

---

<sup>16</sup> Para mais, ver em: <https://veja.abril.com.br/brasil/medicos-retiram-orgaos-de-elo-a-para-doacao/#:~:text=Terminou%20C3%A0s%20h30%20da%20manh%C3%A3,sequestro%20que%20durou%20cem%20horas.>

<sup>17</sup> Ver em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/negociador-e-irmaos-apontam-morte-de-elo-a-como-premeditada,9c289d67881da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

irmão, declara que o réu, na ocasião, já sabia muito bem o que queria fazer. Essas duas declarações derrubam então a tese de que se tratava de um sequestro movido pela emoção, pelo descontrole.

Encaminhando para a conclusão do tópico, pontuo a segunda produção cinematográfica brasileira a retratar o Caso Eloá, o já citado episódio homônimo da série “Investigação Criminal”, que foi ao ar em 2016. Neste, Eloá é descrita enquanto uma adolescente, estudante jovem, que chamava muito a atenção pela beleza. De acordo com o delegado responsável pelo caso, “Não havia nada que desabonasse a sua conduta, uma jovem cheia de vida que infelizmente acabou perecendo de forma trágica”. O jornalista investigativo Rodrigo Hidalgo complementa: “Era uma menina da periferia de São Paulo, uma menina estudiosa, muito apegada ao pai, namorava o Lindemberg, terminou o namoro estava de paquera com outro menino da escola, mas até depois o próprio IML constatou que era uma menina virgem”.

Simone Duarte, amiga da família, descreve Eloá da seguinte forma:

Sempre foi muito reservada, então ela não era aquelas moças de destaque, ela não se destacava porque não era daquelas meninas que gostava de baile funk, de ficar na rua, então ela estudava muito, viva dentro de casa com a família ajudava a mãe com os serviços domésticos, estudava [...]¹⁸

Como nada pode ser “por acaso” ou descolado da realidade, aqui trabalho com a hipótese de que uma vez que o Caso Eloá e sua história retornam nos dias atuais a ser assunto de alcance na *internet* – e agora numa perspectiva que não só deixa de abordar questões antes já passíveis de problematização, mas que também retira do centro a discussão genderezada que aponta o extermínio sistemático dos corpos femininos ou feminilizados, sobretudo aqueles que são negros e periféricos. Isso porque historicamente e politicamente nos encontramos inseridos em um contexto que as negligenciam abertamente. Mais a frente trarei uma análise um pouco mais cuidadosa das reproduções discursivas atuais do caso, tendo em vista as principais possibilidades de narrativas construídas e consolidadas ao longo dos anos.

Uma vez que Lindemberg é tratado enquanto um “sociopata” – nas palavras de um dos entrevistados –, existe uma dimensão simbólica na produção que corrobora com o discurso de que “homens bons” não assassinam, não violentam, não agredem. Discurso esse que falha com mulheres diariamente.

## **Os assassinatos de mulheres no Brasil**

---

¹⁸ Para mais, ver episódio disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J0dpDynvp80&t=1972s>

Mariza Corrêa, antropóloga paulista, publica no ano de 1981 um livro chamado *Os crimes da paixão*, fruto de uma pesquisa pioneira na qual identificou a necessidade de mapear e historicizar os discursos e práticas jurídicas relacionados a esse tipo de crime de gênero no Brasil. É isso que ela apresenta enquanto base para uma análise das relações sociais e políticas dos agentes nelas envolvidos, bem como suas posições ocupadas.

Observo aqui, que o livro faz parte da coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense, cujo objetivo era publicar livros de bolso voltados a discussões pontuais de temas abrangentes. Isso reforça o fato de que naquele momento, Corrêa certamente respondeu a uma demanda latente do contexto.

O conceito de crime passional, isto é, aquele cometido em nome da paixão, passa por diversos momentos na História do Direito brasileiro. Até porque, inclusive em outros países, a sua definição, segundo a autora, sempre foi caracterizada como ambígua. Mas no seu cerne, posicionava o sujeito feminino em uma situação de punição e de passividade perante uma “expressão brutal do instinto sexual” (CORRÊA, 1981, p. 18) pertencente aos homens. Vejamos:

No Brasil, a significação implícita da expressão crime passional, no campo das discussões jurídicas como no da sua publicação pela imprensa ou na sua utilização literária, era a de punição da esposa adúltera. O crime passional, como o crime supostamente cometido na legítima defesa da honra, que sucedeu como argumento no júri, é um crime basicamente masculino, o que só será explicitado pelos juristas que vão combatê-lo na década de 30. (CORRÊA, 1981, p. 18)

Dessa forma, qual seria então esse sujeito masculino brasileiro nesse momento? Mariza Corrêa (1981) fala sobre um contraponto na “natureza” dessa figura no imaginário popular do Brasil em fins do século XIX e início do século XX. Se por um lado existe este homem que lava a honra com sangue, por outro existe o apaziguador cheio de simpatia e malemolência. Essas leituras, a seu ver, são construções que carregam sentidos históricos aos seus usos, que na verdade dizem muito mais sobre quem os emprega, quando os emprega e por qual motivo o faz, do que por si só.

Seguindo esta linha de raciocínio, é importante reforçar que naquele momento existia uma tendência que ganhava força dentro dos tribunais; a saber: a psicologização do direito que se estendia indubitavelmente às análises e julgamentos dos crimes considerados passionais. Portanto, na primeira metade do século XX, o crime passional, já em muitas ocasiões, era julgado tendo como base a distinção entre o criminoso “nato”, perigoso e de um “único delito”.

Com o passar dos anos, o caminho percorrido nos tribunais, em específico nos das

grandes cidades brasileiras, vai delineando novas discussões em relação aos crimes passionais. Advogados criminalistas e juristas notórios pelo envolvimento nesses casos acabaram por representar linhas distintas de pensamento que ajudaram a traçar os caminhos por meio dos quais o direito brasileiro lida com eles.

De um lado Corrêa aponta uma forte presença nos tribunais da corrente representada pela atuação de Evaristo de Moraes (1871-1939), sendo ela a materialização da ideia de que um crime cometido em nome de uma forte e arrebatadora paixão não poderia imputar responsabilidade, uma vez que o indivíduo não estaria em sua sã consciência – indo ao encontro dos pensadores que discutiam a união entre medicina e criminalística– e, portanto, como os relatos de grande parte dos casos de assassinos passionais defendidos por Moraes, eram passíveis de absolvição.

Contemporaneamente, Roberto Lyra (1902-1982) aparece enquanto o advogado e jurista que condena veementemente a absolvição dos passionais, inclusive dedicando-se a dissertar na obra *O Amor e a Responsabilidade Criminal*, de 1932, sobre a existência dos “passionais verdadeiros” e “passionais falsos”, no sentido de valorizar, antes de qualquer coisa, os antecedentes e o comportamento familiar e social do indivíduo.

Mariza Corrêa se refere a essa perspectiva personificada por Lyra como responsável em certa medida pelo fim de um “período romântico” (CORRÊA, 1981, p. 61), no qual o acusado deverá provar a sua honorabilidade e justificar o “merecimento” da vítima. A autora considera isto como fundamental para a argumentação da legítima defesa da honra; justificativa que ganhou um forte apelo nos tribunais brasileiros e buscava se distanciar da clássica definição de crime passional.

Dito isso, é importante observar que apesar da autora apontar de fato a posição de rivalidade entre essas duas figuras, ambas justificativas para os “crimes da paixão”, em sua maioria assassinatos de mulheres, partem da mesma fonte e são moldadas como dois lados da mesma moeda. Enquanto um classifica a paixão enquanto o causador de uma “loucura” assassina, fuga de um estado civilizado capaz de ocorrer a todos os homens sem distinção; o outro atribui o ato como fruto de uma doença social, de um desvio à norma de bom cidadão da sociedade civilizada, que encontra lugar naqueles com “maus antecedentes” e “desordeiros”.

Segundo um volume de casos de mortes por companheiros ou companheiras, compreendidos entre 1952 e 1972, analisados por Corrêa em uma pesquisa feita em Campinas, o número de mulheres absolvidas pelos homicídios de seus companheiros se mostrou significativamente maior do que os homens. Esse recorte evidenciou a existência de uma espécie de institucionalização da passividade da figura feminina, ainda que as mulheres que

matam tenham atingido as últimas consequências para finalizar um ciclo de agressões em sua esmagadora maioria:

É como se os jurados, reconhecendo sistematicamente às mulheres a condição de vítimas na relação com seus companheiros, decidissem que elas mataram para não serem mortas, reconhecendo assim o reverso do argumento utilizado no caso dos homens acusados. (CORRÊA, 1981, p. 79)

Contemporaneamente à escrita de Corrêa, um caso brasileiro que chamou bastante atenção da imprensa foi o assassinato da socialite mineira Ângela Diniz pelo então companheiro Doca Street. As principais fases do julgamento do assassino foram noticiadas, deixando em evidência o grande apoio popular recebido pelo mesmo, que alegou junto ao seu advogado Evandro Lins e Silva, a tese de legítima defesa da honra.

O programa Linha Direta (2003-2007) da emissora de televisão Rede Globo dedicou um episódio de 36 minutos e 28 segundos ao caso<sup>19</sup>. De acordo com a reportagem, no dia 29 de dezembro de 1976, na cidade de Búzios, localizada no estado do Rio de Janeiro, o casal que estava junto havia quatro meses, passava um dia de festa na praia com um grupo pequeno de amigos. Os dois acabam conhecendo uma turista chamada Gabriele, que se junta ao grupo e acaba se aproximando de Ângela, ascendendo em Doca uma crise de ciúmes.

Este tipo de comportamento de Street não era incomum, segundo contam testemunhas, algo que deixava Diniz bastante descontente e ocasionava uma série de conflitos entre o casal. Portanto, nesse dia ele obrigou-a a ir pra casa e lá iniciaram uma grande briga, que acabou por cessar assim que a mulher adormeceu. (Figura 12)

---

<sup>19</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=vfXpuKHmwSM>



**Figura 12-** *Frame do programa Linha Direta sobre o caso do assassinato de Ângela Diniz*  
 Fonte: *Printscreen do episódio Linha Direta.*

Uma das testemunhas entrevistadas, a amiga de Ângela Myriam Gagliardi, relata que sentiu um perigo iminente na relação dois, alertando a amiga que não o provocasse, pois tinha muito medo que ele acabasse “dando um tiro” nela. Depois do ocorrido, ela afirma ter ficado extremamente assustada, porque de alguma forma já havia previsto o acontecimento.

No dia 30, Ângela decide pela separação, pois teria atingido seu limite em relação à conduta possessiva de Doca. Ele pede que ela reconsidere, mas ela não cede, pede que vá embora e ele atende ao pedido num primeiro momento. No entanto, Street retorna e pede mais uma vez que Ângela reate a relação. Na reconstituição da cena que consta na reportagem, a atriz que representa Ângela propõe que ela aceitaria a volta desde que ele aceitasse que ela sairia como sempre fez, com todos os namorados ou namoradas que ela porventura decidisse ter.

Este trecho acontece todo com uma narração simultânea do próprio Doca Street corroborando com essa versão. Não aceitando o acordo, segundo a empregada doméstica da vítima, Ivanira Gonçalves de Souza, Doca grita que se Ângela não fosse dele, não seria de mais ninguém. Então dispara três tiros no rosto e na nuca da ex-namorada.

Como já mencionado, o caso toma uma grande proporção no país e nos meios de comunicação. Em 1980, ano de julgamento de Doca, um grupo de mulheres feministas do estado de Minas Gerais criou uma grande campanha intitulada “Quem ama não mata”, contando com uma série de protestos e passeatas exigindo o fim da impunidade nos casos de violência doméstica. Essa campanha ganhou visibilidade nacional e deu origem à série homônima

produzida pela Rede Globo e exibida no ano de 1982<sup>20</sup>. No programa Fantástico que foi ao ar no dia 8 de agosto daquele ano, uma reportagem fala sobre o final do seriado, tão aguardado pelos telespectadores.

O casal Jorge e Alice, interpretados por Cláudio Marzo e Marília Pêra, viviam uma relação com um fim trágico cercado por elementos descritos pelo narrador como cotidianos na vida de muitos casais: “o amor, os primeiros conflitos, os arrependimentos, as brigas mais sérias, a angústia, a falta de compreensão, o desamor, e o que é mais grave: a violência.”. O diretor do seriado, Daniel Filho, foi entrevistado e ao descrever os personagens principais, caracterizou Alice enquanto uma mulher oprimida a partir daquilo que chama de uma “história feminina”. Isto é, quem tentou de alguma forma se libertar, mas se manteve presa a um casamento fracassado, o que segundo Filho não deixava de ser uma espécie de neurose. Jorge, por outro lado, é apresentado enquanto um homem de 38 anos que tem a sua masculinidade ferida ao ter que admitir a incapacidade de dar filhos à esposa; por isso, deixa desencadear o seu lado “patológico” e “psicopata”. (Figura 13)



**Figura 13-** Vinheta do programa “Quem ama não mata”

Fonte: *Printscreen* retirado da plataforma *Youtube*<sup>21</sup>

A reportagem era permeada por um tom de denúncia ao tentar a todo o tempo associar casos de mulheres reais assassinadas por seus companheiros, com os números de casos registrados em algumas delegacias do estado de São Paulo e a série produzida pela emissora. Apresenta também outra mobilização de mulheres na cidade de Ribeirão Preto, as quais se uniram pelo fim da violência contra as mulheres, lideradas pela socióloga Mariuza Carvalho de

<sup>20</sup> A minissérie se encontra na íntegra no *Youtube*, disponível a partir de:

<https://www.youtube.com/watch?v=FfMRD-ioK0M&list=PLhietJT76dgs6UKmp5IQ3CNj6mUL0v4Tb>

<sup>21</sup> Ver em: [https://www.youtube.com/watch?v=FfMRD-](https://www.youtube.com/watch?v=FfMRD-ioK0M&list=PLhietJT76dgs6UKmp5IQ3CNj6mUL0v4Tb)

[ioK0M&list=PLhietJT76dgs6UKmp5IQ3CNj6mUL0v4Tb](https://www.youtube.com/watch?v=FfMRD-ioK0M&list=PLhietJT76dgs6UKmp5IQ3CNj6mUL0v4Tb)



Andrade, que na entrevista afirma que a violência é uma chaga social e o amor de forma alguma pode matar.

Como som de fundo, ecoava a canção tema da série “Se queres saber” composta por José Fernandes de Paula – conhecido como “Peterpan” e interpretada por Nana Caymmi, em 1977. A melodia tem influências da bossa nova e do bolero; além de que, a característica de interpretação da cantora confere ares de intensidade; a letra fala de um sentimento profundo, imbuído em mágoas, do qual suplica para ser compreendido afirmando que a felicidade do indivíduo está em jogo:

*“Se queres saber  
Se eu te amo ainda  
Procura entender  
A minha mágoa infinda  
Olha bem nos meus olhos  
Quando eu falo contigo  
E vê quanta coisa  
Eles dizem que eu não digo  
O olhar de quem ama diz  
O que o coração não quer  
Nunca mais eu serei feliz  
Enquanto vida eu tiver”*

Nos dois minutos finais, ganha a palavra o psicanalista Eduardo Mascarenhas, descrito como “famoso pelas ideias corajosas, inteligentes e modernas a respeito de amor, sexo e relacionamento”. Em suas palavras:

Evidentemente que a nossa crônica policial na maior parte dos casos os crimes de paixão são consequência do triangulo, mas tem outro tipo de crime que muitas vezes não é consumado é, por exemplo, quando nós estamos dentro de uma relação que não tem nenhum terceiro, mas a gente vê que a relação não ata e não desata. Por um lado a gente quer se livrar daquela relação porque a relação já deu o que tinha pra dar [...] mas por outro lado a gente gosta da relação [...] e não quer se separar. Isso traz uma agonia dentro da gente [...] e o ser humano sofre muito com esse tipo de conflito. Então eu lhes asseguro, telespectadores, que todas as pessoas que estão assistindo já devem ter vivido alguma situação semelhante a essa.

A partir do material apresentado, é possível visualizar de maneira bastante nítida um discurso que coloca os casos de assassinatos de mulheres por seus companheiros como um problema de cunho amoroso e particular. No entanto, dali também já emerge um retrato de práticas e discursos de grupos feministas sendo destacados em rede nacional, nos quais trabalhava-se a ideia de que havia sim um problema social que localizava um crescente número de mulheres em posição de vulnerabilidade e perigo de vida dentro de relações.

Isso despertou-me algumas inquietações. Uma vez que, fazendo o exercício de comparação com a problematização do Caso Eloá enquanto uma questão de gênero, especialmente materializado pelo supracitado documentário “Quem Matou Eloá? ” (2015), esperava de alguma forma encontrar mais diferenças do que semelhanças nas produções audiovisuais analisadas sobre o Caso Ângela Diniz, em razão do espaço de tempo que existe entre um acontecimento e outro.

Deixo em evidência o fato de que o filme, sem dúvidas, lançou ao caso problematizações que em certa medida podem ser consideradas pioneiras, uma vez que a partir do levantamento realizado, foi o primeiro material divulgado em maior escala que tratou o caso sob a perspectiva de uma crítica feminista da cobertura midiática. Nele, a bandeira de um movimento não é levantada explicitamente em nenhum momento; no entanto, nos segundos finais é possível ver entre a descrição da ficha técnica o nome de duas das convidadas enquanto “militantes feministas”.

Uma das falas que mais me chamou a atenção durante tais inquietações foi justamente a de Ana Paula Lewin, Defensora Pública do Estado de São Paulo. Ela diz:

[...] e talvez aí também esteja a importância de hoje a gente ter que ter um tipo penal que fale especificamente sobre matar mulheres porque a gente precisa desses dados, a gente precisa trazer a público que mulheres são mortas simplesmente pelo fato de serem mulheres.

É preciso que se ressalte mais uma vez que o contexto de produção do filme se dá no mesmo ano de criação da Lei do Femicídio, e isso sem sombra alguma de dúvida agrega ao discurso do documentário uma nova camada, já que essa lei enquanto marco precisava ser endossada publicamente naquele momento, a resultar em uma grande simbologia na luta pelo fim da violência contra mulher.

A questão é até que ponto a ideia de apontar e promover a unificação de sentido para os assassinatos de mulheres não continua a contribuir em alguns níveis para a ideia de privatização da violência? Ainda que o documentário, diferente das produções da Rede Globo da década de 80, rechace a ideia de pensá-los enquanto um problema amoroso, até que ponto tratá-los como homogêneos a partir de uma categoria como a de Femicídio não contribui para pensar a experiência do ser mulher enquanto universalizada? Se não temos experiências de vida unificadas, por que nas nossas mortes seria dessa maneira?

A provocação que lanço aqui, na realidade, gira ao redor de uma reflexão epistemológica. Até quando poderemos classificar por meio de inferências e categorizações

intelectuais gestadas dentro de um sistema de universidades ocidentais e ocidentalizadas, partindo de experiências vividas dentro de poucos países no mundo, servindo como base para todas as mortes ao redor do globo?

Esses questionamentos todos não são inéditos. Rita Segato os realiza constantemente em suas obras, promovendo reflexões sobre práticas e discursos dos movimentos feministas desde meados da década de 1970. A seu ver, esta década refere-se ao contexto de criação de políticas públicas e de juridificação da violência contra mulher. Nesse sentido, partindo das considerações da autora, no próximo tópico apresento o conceito de Femicídio enquanto categoria que possui seus alcances e limites, apontando de que forma pode-se pensar o Caso Eloá em suas diversas reatualizações ao longo da última década.

### **Rita Segato e o feminicídio**

Após 500 anos de colonização do saber, não existe qualquer tradição cultural ou epistêmica, em um sentido absoluto, que esteja fora da Modernidade eurocêntrica. Tudo foi afetado por ela e muitos aspectos do eurocentrismo foram engessados nessas novas epistemologias. Entretanto, isto não significa que cada tradição está contida em um sentido absoluto, e que não há uma saída da epistemologia ocidental. Ainda existem perspectivas epistêmicas não ocidentais, que guardam uma exterioridade relativa da Modernidade eurocêntrica. Elas foram afetadas pelo genocídio/epistemicídio, mas não foram completamente destruídas. É esta exterioridade relativa que, de acordo com Enrique Dussel (2005), propicia esperança e possibilidade de um mundo transmoderno: “um mundo onde muitos mundos são possíveis” (p. 44), para usar o *slogan* zapatista. É a partir dessas tradições diversas que podemos construir processos a perpetuar ideias diferentes e instituições apropriadas pela Modernidade eurocêntrica a fim de decolonizá-las em diferentes direções. Na Modernidade eurocêntrica, o Ocidente sequestrou e monopolizou as definições de democracia, direitos humanos, libertação da mulher, economia, etc. A transmodernidade implica uma redefinição desses elementos, em diferentes direções, de acordo com a diversidade epistêmica do mundo, em direção a uma multiplicidade de sentidos até um mundo pluriversal.

O mesmo acontece com o conceito de feminismo. Se as mulheres muçulmanas desenvolvem um “feminismo islâmico”, elas são imediatamente denunciadas pelas feministas ocidentais como patriarcais e fundamentalistas. A transmodernidade é um convite para que se produza, a partir de diferentes projetos epistêmicos políticos que existem no mundo hoje, uma redefinição dos muitos elementos apropriados pela Modernidade eurocêntrica e tratados como

inerentes à Europa, rumo a um projeto decolonial de liberação para além das estruturas capitalistas, patriarcais, eurocêntricas, cristãs, modernas e coloniais.

A questão é que embora este debate já tenha sido realizado inclusive dentro das universidades euroamericocentricas a partir da revisão das próprias epistemologias que as criaram, por assim dizer, neste trabalho partimos do princípio que essa revisão só é efetiva uma vez que é feita de forma autônoma e do princípio da descolonização do conhecimento, de forma política e orquestrada para determinado fim.

Sigo adiante apresentando uma discussão mais direta com base na bibliografia selecionada dessa autora, por meio da qual consegui de alguma forma localizar o caso de Eloá Pimentel em uma perspectiva que lhe coubesse, resgatando minhas percepções e inferências. No artigo “Qué es un feminicidio. Notas para un debate emergente” (2004), a autora se propõe a pensar o Feminicídio a partir de suas origens, definições, limites e discursos produzidos, de forma a inferir à discussão algumas perspectivas que acredita ser importante ao pensar a proposição qualificadora.

O conceito foi cunhado dentro do ambiente acadêmico, mais especificamente no trabalho das autoras estadunidenses Jane Caputi e Diana Russel com o texto “Femicide”, publicado pela primeira vez em 1990 e depois em 1992. O objetivo central do trabalho seria apontar o patriarcado enquanto uma instituição sustentada a partir da opressão feminina. Mais do que isso, a categoria surge para conferir uma dimensão política a todos os assassinatos de mulheres que resultam desta dominação. Tal politização seria estratégica, uma vez que havia a necessidade de explicar que a morte e o ódio contra estes corpos se dá justamente pela transgressão feminina das regras do patriarcado. Portanto, Feminicídio seria a tentativa de atribuir uma unidade de sentido para todos os assassinatos de mulheres.

Sem desconsiderar a importância do conceito como um marco positivo ao responsabilizar o patriarcado e suas ramificações, como autores dos chamados crimes de gênero e posteriormente enquanto parte do corpo legislativo de muitos países, Segato aponta que a partir de suas análises enquanto antropóloga e consultora nos tribunais de julgamento de casos do tipo marcantes na América Latina, passou a considerar uma outra via interpretativa que abarcasse as especificidades que encontrava de formas gritantes em seu dia a dia.

Portanto, por mais que Feminicídio enquanto categoria de aposta criminológica também oferecesse, em tese, a possibilidade uma compilação de dados explicativos para esses fenômenos a fim de conferir visibilidade social e chamar atenção para os números das violências sofridas, em casos específicos como por exemplo os de Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos, tais dados nem sempre representavam a profundidade

causada por eles a níveis locais.

Afinal, como exatamente pode haver uma categoria que unifique os assassinatos de mulheres e que consiga ao menos alcançar suas especificidades? O que os números por si só realmente tem a nos dizer em relação aos crimes, aos requintes de crueldade empregados nas vítimas, no *modus operandi* dos agressores e assassinos? Pode-se ignorar que tais nuances sejam importantes para a diferenciação das mortes?

O caso de Ciudad Juárez acaba por ser central para a construção da argumentação de Rita Segato, uma vez que a autora se dedicou a ele não só enquanto acadêmica, mas como pontuei anteriormente, através de seu trabalho enquanto consultora especialista em alguns julgamentos. Lá esses assassinatos de mulheres ocorreram sistematicamente a partir de 1993 e foram caracterizados especialmente pelo nível de destruição corporal, envolvendo violação sexual, mutilação e violência extrema, além da comum exposição dos corpos em locais públicos.

As vítimas em sua maioria eram mulheres trabalhadoras, e a região fronteira era marcada pelo narcotráfico, pela disputa violenta entre latifundiários. Além disso, como traz a autora, em diversos momentos marcou-se também pelo fortalecimento e globalização do neoliberalismo e consequente acumulação de riquezas nas mãos de poucos. Nesse sentido, pontua que ao corpo feminino, feminilizado ou marginalizado nessas condições, acaba por ser incorporado o sentido de continuação do território em si, se apresentando enquanto parte da conquista de ordem bélica e patriarcal. Este fenômeno ocorre em várias escalas e é tratado por ela a partir do conceito de territorialização, que seria, em última instância, a constante vigilância, como se estes fossem extensões do espaço público e de agência das instituições tradicionais.

No livro *La Guerra contra las Mujeres* (2006) – um compilado de ensaios sobre as mortes de mulheres na América Latina –, a autora discorre em diversos momentos sobre as falhas nas concepções dos movimentos feministas generalizantes, os quais participaram e participam das construções de políticas. Esse modelo falha ao desconsiderar a discussão de regra e exceção, a pluralidade de vivências, da formação das subjetividades, da constituição histórica dos espaços e das relações ali vivenciadas.

Isso faz com que fique cada vez mais distante, para Segato, enquadrar crimes como os da Ciudad Juárez, por exemplo, enquanto “meros” feminicídios, ou ao menos sem a criação de mecanismos de tipificação das violências. É preciso que se observem os já citados círculos concêntricos de violência, formados por uma variedade de agressões ao corpo feminino e ocultando em seu interior um tipo de crime específico, não necessariamente o mais numeroso,

mas sim o mais enigmático pelas suas características. Essa estrutura jamais poderá deixar de ser um problema da modernidade colonial.

Portanto, quando aponto no texto a necessidade de problematização da categoria de Femicídio para o Caso Eloá, é justamente porque o localizo dentro de uma lógica que só é inteligível de forma mais completa quando se considera a Colonialidade, sua atuação nas construções dos ideais de Gênero e de Violência dentro do território brasileiro. O fato de o caso ter ocorrido naquele contexto e na periferia da maior capital da América Latina, não é um mero dado, ao passo que na realidade confere uma resposta histórica e territorial para a grande pergunta: por que matam as mulheres? É preciso abordar estes assassinatos a partir de concepções que não se apoiem no exame de causas e efeitos, mas antes os encare enquanto um universo de sentidos entrelaçados e motivações inteligíveis.

### **A morte de mulheres enquanto crime de alianças: Colonialidade, Gênero e Violência**

Para Segato, pensar a lógica dos assassinatos de mulheres dentro da categoria da Colonialidade é pensar em um pacto entre pares, uma irmandade masculina que foi e ainda é historicamente reatualizada e fortificada. A autora desenvolve essa teoria no ensaio intitulado “La escritura en El cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez: Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado”, no qual ressalta a importância da descoberta feita durante um trabalho de escuta que realizou em uma penitenciária em Brasília na década de 1990, junto a um grupo de homens condenados por crimes de estupro.

No texto fica bem evidente que a masculinidade é um *status* que deve ser cultivado e mantido através de uma atualização constante e mediante uma aprovação. Ou seja, para que a posição de homem seja mantida, é necessário que os próprios pares identifiquem e recebam em alguma medida determinados tributos que sejam reconhecidos enquanto alimento para a condição de virilidade.

Essas dinâmicas não podem ser tratadas como se todos os elementos presentes nessa unidade simbólica fossem de fato partes da mesma categoria, como se eles se beneficiassem de forma igual. Não é possível localizar nestas relações, por exemplo, jovens marginalizados de forma igualitária entre homens pertencentes à elite econômica ou que compõem a administração pública. Entretanto, a permanência dessas alianças mostra justamente que os crimes do patriarcado, conforme ela mesmo classifica, sempre serão adaptáveis aos mais diversos contextos, por mais fracionados que estes sejam em termos de elementos, localidades e territorialidades.

Essa irmandade, por mais que não se trate de um espaço isento dos marcadores de diferenças, sempre acaba por encontrar uma razão de continuar existindo justamente na morte do corpo feminino. A sua razão de ser, apesar de suas relações assimétricas, se dá a partir do sofrimento das vítimas enquanto sua fonte de manutenção:

Los interlocutores privilegiados en esta escena son los iguales, sean estos aliados o competidores: los miembros de la *fratría* mafiosa, para garantizar la pertenencia y celebrar su pacto; los antagonistas, para exhibir poder frente a los competidores en los negocios; las autoridades locales, las autoridades federales, los activistas, académicos y periodistas que osen inmiscuirse en el sagrado dominio; los parientes subalternos — padres, hermanos, amigos— de las víctimas. Estas exigencias y formas de exhibicionismo son características del régimen patriarcal en un orden mafioso. (SEGATO, 2006, p. 41)

Rita Segato, através da citação acima, revela a extensão dos “interlocutores privilegiados” a partir deste pacto e sua atualização, seja em maior ou menor grau. Estes podem ir desde autoridades locais, autoridades federais, até pais, irmãos e amigos das vítimas. Uma vez que isso é posto, a compreensão de sua agência estrutural dentro do sistema colonial escapa dos laços afetivos e vai em direção à sobrevivência e manutenção do *status quo*.

Trazendo a discussão para o Caso Eloá, esse é mais um dos momentos dos quais consigo observar a partir dos traumas, das cisões e das redes fundantes da Colonialidade, cujo elemento emblemático é o ódio contra o ideal do feminino. Quando observo o fato de que uma semana antes do sequestro Eloá é agredida violentamente por Lindemberg em um ponto de ônibus e é desencorajada a registrar o Boletim de Ocorrência por seu próprio pai, fugitivo da polícia do estado do Pará; quando analiso a ação da polícia ao permitir a volta de uma adolescente ao cativeiro onde foi refém por tantas horas; ou ainda quando examino nos discursos midiáticos as diversas tentativas de relativização e conciliação – vejo ali alianças masculinas que em diferentes níveis colheram os frutos da morte de uma menina.

Quanto ao espaço da mulher dentro deste pacto, Segato afirma que esta nunca será um interlocutor principal, mas uma presa a ser devorada pelo eixo de confrades, pelo status masculino e seus negócios. Nesse sentido, não é a vítima que dirige o discurso aos perpetradores, mas são sempre os próprios pares em uma demonstração de capacidade de morte e crueldade atestada na vítima, que os habilita a participar dessa irmandade que se dá por um pacto de sêmen, um pacto de sangue da vítima que sela a lealdade do grupo que com isso produz e reproduz impunidade (SEGATO, 2006).

Como já foi possível observar, a ideia de Gênero é absolutamente intrínseca ao fortalecimento da dinâmica dos pares e, segundo a autora, se confunde com a própria história

da espécie. A produção de sentido das masculinidades obedece a processos bastante diferentes das feminilidades.

A manutenção do que se chama de Relações de Gênero na Colonialidade é uma questão de Estado, bem como preservar a letalidade dos homens em relação às mulheres também o é, uma vez que a posição masculina, adquirida enquanto status, só pode ser exercida ou alcançada a partir de formas de domínio entrelaçadas: sexual, bélica, intelectual, política, econômica e moral.

Pensando neste domínio, a discussão da gerência do Gênero nos territórios domésticos versus públicos também acaba por aparecer de forma bastante constante nas argumentações de Segato. O primeiro, como já vimos, foi designado a mulheres justamente como parte do processo de minorização perante a sociedade. Dentro dele, o agressor viola quase como por direito, por se tratar de um território controlado por ele. No segundo, a violência ocorre como uma demonstração da capacidade do domínio para o outro, afinal os atos de dominação e violência comunicam mensagens que somente uma comunidade de vivos podem ler e, portanto, tem mais a ver com colonização do que com extermínio. A morte que ocorre no espaço público, para Segato, é uma morte utilitária.

O Caso Eloá se encaixaria dentro das duas lógicas de agressão, uma vez que é o conteúdo do espaço doméstico a se transformar em público através das câmeras. Porém, quando este debate se alinha à questão da impunidade enquanto um grande selo representativo do pacto entre pares, percebe-se que enquanto Lindemberg e Eloá eram namorados, já acontecia uma série de agressões tanto simbólicas, como físicas. Entretanto, foi apenas a partir da exposição da agressão em sua máxima forma exposta aos moldes de espetáculo, que essa lógica punitivista foi empregada, transformando a prisão de Lindemberg enquanto urgente e necessária. É interessante observar que a construção da sua persona ao longo das horas do sequestro – que em muito se apropriou do discurso do “bom menino que perdeu a cabeça” –, não necessariamente atrapalhou a sede de sangue da opinião pública.

Pode-se observar justamente uma “produção e manutenção da impunidade” (SEGATO, 2006) a partir do momento em que ele ganha espaço nos programas, para compartilhar seus medos e aspirações e para afirmar o seu controle na situação. Isso não necessariamente estava incorreto, pois ele estava armado e pronto para atirar, o que talvez de fato tenha sido fonte de preocupação da polícia ao menos por alguns momentos. No entanto, ao elemento imprensa interessava acompanhar o desenvolvimento dos fatos a partir da ótica da espetacularização, que reforça a ideia da impunidade enquanto um pacto selado pelo sofrimento das vítimas:



El efecto de la minorización es sentido, por ejemplo, en la forma en que feminicidios y crímenes homofóbicos tienen un valor residual, siendo rebajados a casi apenas un espectáculo en la práctica jurídica y en los standards mediáticos de América Latina; [...]. (p. 96)

Ora, dessa forma é possível pensar na categoria violência enquanto linguagem essencial dentro dos chamados crimes do patriarcado moderno de alta intensidade, uma vez que comunicam à comunidade, simbolicamente o porquê eles acontecem e qual sua função, afinal, todo ato de violência possui uma dimensão expressiva, demonstrando a “assinatura” de um agressor.

Para Segato, a violência que atinge as mulheres, as pessoas praticantes de modalidades não normativas da sexualidade, os negros, os índios, os jovens e crianças e todos aqueles que se desviem da norma encarnada pelo dito “sujeito universal” (SEGATO, 2006), deixa de ser um efeito colateral e se transforma em um objetivo estratégico, quer seja um disciplinamento pedagógico.

O argumento central de Segato é que deve se compreender a construção histórica do patriarcado, da esfera pública e das formas de violência de gênero de forma central, de modo a entender o que atravessa a sociedade como um todo. Nunca existiram tantas leis que assegurassem o direito à segurança da mulher, pesquisas, materiais sendo produzidos, incentivos. Entretanto, as mortes continuam, e a vulnerabilidade e controle dos corpos femininos permanecem.

Mais do que isso, a autora afirma que cada dia mais, os casos evoluem com características de crimes bélicos, sendo tratados enquanto espetáculos a serem acompanhados . Em suas palavras, isso cresce sem explicação nos territórios da América Latina e especialmente no Brasil:

Se trata de un signo incontestable del proceso de los tiempos y del modo de vida que se ha impuesto en el capitalismo tardío. En esta era, el sufrimiento y la agresión impuestos al cuerpo de las mujeres, así como la espectacularización, banalización y naturalización de esa violencia constituyen la medida del deterioro de la empatía en un proceso adaptativo e instrumental a las formas epocales de explotación de la vida. (SEGATO, 2006, p. 102)

Concluo este tópico apontando que a partir das quatro categorias analisadas, é possível compreender que a formação do pacto entre pares, forjada na matriz colonial e na colonialidade de gênero, instrumentaliza a compreensão dos feminicídios enquanto sacrifícios de reatualização patriarcal, devendo ser entendido de forma a considerar as experiências históricas dos territórios analisados.

### **Produções audiovisuais: duas linhas narrativas**

Daqui em diante, proponho uma análise pormenorizada das duas maiores produções audiovisuais brasileiras desenvolvidas sobre o Caso Eloá, sendo elas: “Quem matou Eloá?” (2015) e o episódio da série “Investigação Criminal” (2016). Ao apresentar estruturalmente os dois, o meu objetivo é mostrar que neles estão representadas duas linhas narrativas que se consolidaram, influenciaram e ainda influenciam o modo como o caso é lido, relatado e absorvido até os dias de hoje, mais de uma década após o crime.

Começando pelo documentário, este foi idealizado e produzido por Doctela, que de acordo com sua página no *Facebook*, “é uma produtora brasileira independente de conteúdo audiovisual e multimídia”. No *site* institucional, descrevem que:

Em nove anos de atividade produzimos mais de uma dezena de curtas- metragens destacando-se a animação *Carne* (2019), dois médias- metragens sendo um deles *Quem matou Eloá?*, quatro longa-metragens entre os quais destaca-se *Lampião da Esquina* e estamos finalizando nosso próximo longa metragem *M* que foi premiado no DOCSP e selecionado para Puerto FICCI, laboratório no Festival de Cartagena.<sup>22</sup>

O filme foi dirigido e roteirizado por Livia Perez, cuja página no *site* da Academia Internacional de Cinema se apresenta como Doutoranda em Meios e Processos Audiovisuais na ECAUSP, Mestra em Multimeios pela Unicamp e Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com experiência de um ano letivo em Cinema e Audiovisual na Université de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle. Pesquisadora associada ao grupo de pesquisa CNPq “Representações: Imaginário e Tecnologia”, Perez é também a idealizadora da produtora Doctela.

O curta-metragem de duração de 24 minutos e 23 segundos, conta com alguns selos de financiamento que aparecem logo nos primeiros momentos. Sendo eles vindos da EBC– Empresa Brasil de Comunicação, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Audiovisual, Ministério da Cultura, Governo Federal – Pátria Educadora. A produção também conta com o apoio cultural da ECA – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Desde o dia 4 de agosto de 2015, o documentário está disponível no canal do *Youtube* da produtora, o “*doctelamidiacom*”, que possui 3,69 mil inscritos. O vídeo tem como título “QUEM MATOU ELOÁ? (WHO KILLED ELOÁ?)”, e conta com 476.856 visualizações,

---

<sup>22</sup> Ver em: <http://doctela.com.br/tv/quem-matou-elo/>

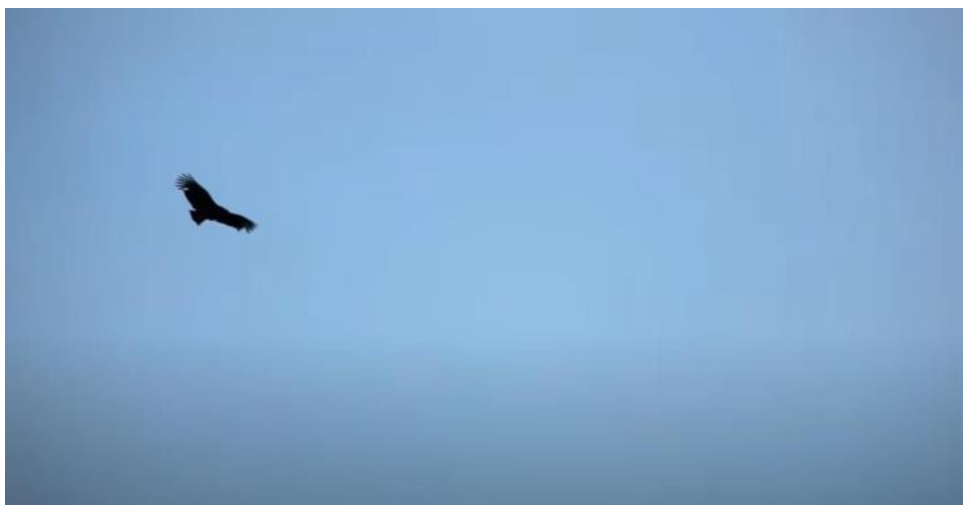
aproximadamente 27 mil likes, 276 deslikes e 1378 comentários. Estas informações foram verificadas pela última vez no dia 9 de dezembro de 2020, às 10:53 hrs. De acordo com a descrição, o filme trata de:

Um homem invade o apartamento da ex-namorada, armado, mantendo-a refém por dias. O crime é amplamente transmitido pelos canais de TV. “Quem matou Eloá?” traz uma análise crítica sobre a espetacularização da violência e a abordagem da mídia televisiva nos casos de violência contra a mulher no Brasil, que é o quinto país no mundo mais mata mulheres

Em seguida, é listado todos os prêmios recebidos pela produção, sendo eles:

Melhor Filme, Melhor Roteiro (Lívia Perez), Melhor Montagem (Lívia Perez e Cristina Muller) e Melhor Primeiro Plano - Primeiro Plano 2016 -Prêmio Eder Mazini de Montagem 2016 - Memorial do Cinema Paulista -Melhor Curta-metragem (Júri Jovem) - VII CachoeiraDoc Festival de Documentários de Cachoeira 2016 -10+ Favoritos do Público - 27º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo 2016 -Melhor Curta-metragem Nacional e Menção Honrosa de filme para reflexão - 9º Festival de Cinema de Triunfo 2016 -Melhor Curta Documentário – GENII Awards, Alliance for Women in Media Southern California 2016 -Melhor Filme (Categoria Mulheres) - IX Encuentro Hispanoamericano De Cine Y Video Documental Independiente “Contra El Silencio Todas Las Voces” 2016 -Melhor Curta-metragem - ATLANTIDOC Festival Internacional de Cine Documental de Uruguay 2015 -Melhor Curta Paulista - Semana Paulistana do Curta-metragem 2015

O documentário começa com um som do que parece ser um helicóptero tocando ao fundo. Logo em seguida, imagens de urubus voando no céu e logo após, algumas filmagens do Conjunto Habitacional CDHU.



**Figura 14-** “Quem matou Eloá”

Fonte: *Printscreen* do documentário disponível no *Youtube*.

Nos próximos segundos, áudio de uma conversa via telefone entre a apresentadora Sonia

Abrão e a adolescente Eloá Pimentel é mostrada:

(S) - Alô, Eloá? Oi

(E) - Alô, oi

(S) - Eu queria que você mandasse assim uma nova mensagem pros seus pais até pra mãe e pras irmãs do Lindemberg também que estão sofrendo muito. (Ela interrompe Eloá para finalizar essa frase).

“(E) - Tá tudo bem, tudo o que eu peço é para os policiais ter tranquilidade. Ele tá cheio de bala então qualquer decisão precipitada vai me prejudicar.

Em seguida, uma seleção de curtos trechos de reportagens da ocasião da cobertura do caso. Cada uma cita um tempo de duração que o caso está naquele ponto. Além disso, é utilizado o recurso de intercalar vários áudios produzidos pelas televisões como por exemplo de ligação ao vivo, comentários, e até mesmo algumas promessas de exclusividade jornalística de ângulos exclusivos e excelência na cobertura.

As imagens de jornalistas e apresentadores como William Bonner, Sonia Abrão, Datena, Britto Júnior e Anna Hickmann se intercalam com as de urubus sobrevoando e com as filmagens do CDHU em ângulos variados. Adiante são mostradas uma aba de busca no *Google* com a palavra-chave Eloá e algumas imagens de locais de socialização coletiva cheios de pessoas que estão comendo, conversando ou apenas de passagem com televisões que ao fundo falam sobre os fatídicos acontecimentos.

O início aqui descrito dita bastante o tom do documentário todo, no sentido de representar os valores conferidos à atuação midiática em relação ao caso. Aqui infiro que os urubus representam uma visão crítica da mídia brasileira e de sua cobertura sensacionalista do caso. Os animais são conhecidos por se alimentarem de corpos mortos, frequentemente sendo ligados ao mórbido, ao podre. Ao mesmo tempo, é possível ver as informações sendo absorvidas pelos telespectadores em suas vidas cotidianas, como um símbolo de uma banalização de violências.

Aos poucos, a câmera vai se abrindo e aparece um estúdio com fundo preto e uma televisão que está passando as imagens outrora exibidas em tela cheia. Neste cenário, mulheres assistem à televisão em questão com semblante sério e atencioso, de lado para a câmera. Esses frames são feitos individualmente, mostrando, assim, três mulheres brancas e uma mulher negra.

O áudio de fundo com as reportagens intercaladas entra em modo “*fade out*”, dando destaque ao título do documentário escrito em caixa alta



**Figura 15-** Quem matou Eloá?

O que me chama muita atenção é a maneira como a narrativa do documentário é construída a partir do recurso da fala de convidados, considerados para aquela ocasião especialistas relevantes. As falas podem remeter à uma estrutura de entrevista, no entanto, nenhuma pergunta é feita diretamente aos convidados. Nesse caso, o fio condutor de seus comentários são os recortes selecionados pela produção ou direção. Ora, como nenhuma escolha é feita em vão, a narrativa é conduzida de forma a passar mensagens, inferir opiniões e análises. E apesar de ser através de sutilezas na maior parte do tempo, de nenhuma forma isso é escondido através de um discurso de imparcialidade.

Agora, apresento um pouco das convidadas e convidados, seguindo a ordem de suas aparições. A primeira fala é da pesquisadora e ativista Analba Brazão Teixeira, mulher negra, pesquisadora e autora do livro *Nunca você sem mim*, de 2012, fruto de sua dissertação de Mestrado na qual analisou casos de feminicídio seguidos de suicídios. Analba é licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987-1990), Bacharela na mesma área nos anos de 1991-1993 e Mestra, ambas pela mesma universidade. Ela é educadora e militante feminista, integrante do SOS Corpo da Articulação de Mulheres Brasileiras e colaboradora da Universidade Livre Feminista. No site do Instituto Feminista para Democracia SOS corpo, seu nome aparece ligado à tag “antirracista”.

Nessa narrativa, fica concedida a ela o cargo de explicar a natureza da relação de Eloá e Lindemberg:

Durante dois anos e sete meses ela [Eloá] teve essa relação com ele [Lindemberg], uma relação tumultuada. Eles terminaram várias vezes e a última vez pelo que consta foi ele quem terminou e ela resolveu aceitar o término do namoro, resolveu não reatar. E ele passou a persegui-la até que encontrando ela numa parada de ônibus, ele espancou. A família, o pai, resolve não denunciar. Isso pode ter várias leituras, né? A gente sabe pelas reportagens que o pai dela tinha envolvimento com a polícia, isso

pode ser uma leitura dele não querer ir porque isso poderia aparecer. Mas também tem outras leituras de que em briga de marido e mulher, em briga de namorado e namorada, em briga de casais ninguém pode meter a colher que eles mesmo poderiam resolver entre eles.

Durante suas falas, Analba é quem levanta alguns pontos mais relevantes na caracterização e construção dessa narrativa. Uma das que mais me chamam atenção é o momento em que ela comenta o supracitado trecho onde Sônia Abrão questiona o advogado convidado sobre sua opinião a respeito dos possíveis desfechos do caso. Este, ao dizer que é muito otimista, acredita no “final feliz” entre os dois: “Qual o final feliz? O final feliz é esse que ele tá dizendo? Ou o final feliz seria Eloá saindo viva, né? E livre”.

Logo após a aparição de Analba, a palavra é passada para o único homem dentre o corpo de convidadas. É branco, veste um terno preto, camisa branca e gravata vermelha com bolinhas amarelas. Nos créditos, é apresentado como Augusto Rossini, promotor de justiça. Em uma rápida pesquisa no *Google*, aparece como membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), Mestre e Doutor em Direito Penal, Pesquisador com ênfase na influência de órgãos midiáticos no Direito Penal. Era promotor criminal em Santo André na ocasião e acompanhou o caso, as negociações, entrou em diálogo com Lindemberg diversas vezes. Inclusive esteve presente no momento do desfecho. Concedeu diversas entrevistas e participou de uma série de debates que visavam compreender os abusos policiais no caso.

Neste cenário, Augusto ocupa o espaço de alguém que pôde efetivamente acompanhar o sequestro de perto na perspectiva policial e depois judicial. Logo em suas primeiras falas, já demonstrou o descontentamento específico com a atuação da mídia, o qual ele ressalta a presença massiva: “Inúmeros veículos de comunicação, várias vans, antenas parabólicas, muita gente de televisão, muita gente de mídia lá”. Completando e reafirmando sua desaprovação, especialmente em relação à entrevista que o programa da RedeTV “A Tarde é Sua” realizou com Lindemberg via telefone: “Tentaram chamar ibope, aumentar o ibope do programa. Veja... isso é de um negócio”.

A próxima convidada a aparecer é apresentada como Esther Hamburger. Trata-se de uma mulher branca, professora titular de História do Cinema e Audiovisual do Departamento de Cinema da USP. No documentário é apresentada como Professora Associada ECAUSP. Ao seguir comentando especificamente a entrevista citada no parágrafo anterior, sua primeira análise se consiste em:

é interessante a gente revendo as imagens como a gente vê que o repórter não tá ouvindo o que ele fala né. Ele tá mais excitado com o fato de que ele está dando um

furo do que atento a realmente o que ta acontecendo, porque o Lindemberg fala pra ele “não, eu não to nervoso, eu to calmo, eu to frio, eu não to sentindo nada” e ele continua respondendo “não, fica calmo, fica calmo, fica calmo.”

Em outro momento, Esther também levanta a seguinte crítica: “No que a gente vê na televisão ,a gente sabe mais do que faz o Lindemberg do que o que faz a Eloá, a Eloá parece que não existe, ela é uma decorrência do Lindemberg.”.

Seguindo, a quarta convidada é Ana Paula Lewin, mulher branca, descrita no documentário como Defensora Pública do Estado de São Paulo. No site da ALESP ela é apresentada como Ana Paula Meirelles Lewin, defensora pública do Estado e coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher na Defensoria. Em 2013, participou da CPI da violência contra mulheres como auditora. Na busca pela sua biografia, aparece em páginas feministas, como o “*Think Olga*”, concedendo entrevistas. É também a partir de Ana Paula que se tem alguns apontamentos legislativos, especialmente em relação ao Femicídio enquanto qualificador para o crime de Homicídio. Como já foi citado em outro momento desta pesquisa, existia uma demanda contextual muito forte voltada para o debate da lei nº 13.104 (Lei do Femicídio), aprovada no ano de lançamento do curta.

A quinta e última convidada se trata de Elisa Gargiulo, descrita nos créditos finais como “militante feminista”. Em sua página do *Wikipedia*, Elisa é militante feminista autônoma do campo da comunicação, das artes e da tecnologia. Realiza projetos de audiovisual para entidades feministas brasileiras e também é conhecida por ser vocalista da banda hardcore Dominatrix (de 1995 até hoje), e pelos anos em que foi atuante na Marcha das Vadias de São Paulo (de 2011 a 2013).

Sua primeira análise foi:

O cenário ali do seqüestro foi um conjunto habitacional de uma região, né, que... de baixa renda. Se ela fosse uma menina rica teria muito mais cuidado né, a polícia, a imprensa não poderia chegar perto... Então tem essa questão de classe muito forte também.

Obviamente, a chave de leitura da imprensa foi e é necessária. No entanto, quando não é pensada de forma interseccional, acaba por encerrar o caso em si mesmo, contribuindo, desta feita, para um discurso que em muitas medidas alimenta a unificação do discurso sobre a experiência do ser mulher.

Por mais que tenhamos experiências em comum – e lembrar isso foi inclusive uma das formas por meio das quais me identifiquei com o caso –, jamais somos socializadas da mesma forma. Não vivemos da mesma forma e também assim não morreremos.

Ao problematizar o discurso do documentário, isso perpassou por vários momentos no decorrer da pesquisa, uma vez que significou questionar algumas certezas construídas em mim através destes pontos levantados pela problemática de gênero na mídia. Inclusive, como falo no começo, revisitei o caso Eloá justamente nessas condições. Problematizar o documentário é também problematizar a minha vivência e a minha escrita enquanto feminista branca acadêmica. Por vezes foi difícil – e ainda é – nomear quais eram realmente os meus desconfortos. Mas a partir do momento que compreendo não existir a possibilidade de estabelecer uma hipótese pronta, completa ou acabada, a análise se transformou em um esforço interessante.

A partir de agora, apresento a segunda produção audiovisual selecionada para análise. A série “Investigação Criminal”, produzida desde 2012 pela produtora Medialand em parceria com o canal de televisão estadunidense A&E, tem como premissa eleger casos que marcaram a História Criminal no Brasil, reunindo-os em uma perspectiva factual de modo a explorar o processo investigativo e policial destas narrativas. Como já pontuado, o episódio dedicado ao Caso Eloá foi produzido em 2016 como parte da quinta temporada. Em 2018, a rede de *streaming Netflix* adquiriu os direitos do seriado.

No início da pesquisa, tive acesso ao material no canal do *Youtube* chamado “DiversosTube”, que postou o episódio completo na plataforma no dia 23 de maio de 2020. Até o dia 4 de junho, o vídeo contava com cerca de 38 mil visualizações e 260 comentários. Pouco mais de um mês depois, as visualizações subiram para aproximadamente 81 mil e os comentários para 410. É relevante informar que este canal não existe mais. É comum acontecer, em casos de compra de direitos autorais, que não se permita a livre distribuição do conteúdo em plataformas gratuitas de forma legalizada.

O episódio consiste em uma narrativa contada a partir de falas de pessoas que estiveram diretamente envolvidas com as vítimas, os “réus”, com a investigação ou com a cobertura dos casos. É como se essas pessoas estivessem sendo entrevistadas, mas não há a figura do narrador ou do entrevistador. O fio narrativo é todo conduzido de forma “invisível” como uma estratégia. Isso é um ponto em comum das duas produções, visto que no “Quem matou Eloá?” também não existe essa figura.

Chamo isso de estratégia porque acredito, a partir da minha análise, que estas duas produções são bastante representativas de linhas de raciocínios, isto é, querem passar uma mensagem. Enquanto aquele tem como ponto central trabalhar a questão da tipificação do feminicídio enquanto uma necessidade que encontra base na “vida real” (isso sou eu que estou falando), este se foca em mostrar a atuação da polícia investigativa, o tom é de contação de uma



tragédia, de “*true crime*”; tanto que a premissa da série é trazer diversos casos, um por episódio, a apresentar os “casos marcantes/mais chocantes” do Brasil. A maioria dos documentários/séries documentais faz isso, porque no fim das contas eles estão tentando responder uma pergunta, fazendo um recorte.



**Figura 16-** Seriado “Investigação Criminal”

Descrevendo melhor o episódio, todos eles contam com uma abertura padronizada. Esta começa com a frase “Todas as imagens do trabalho pericial foram cedidas pela Superintendência da Polícia Técnico – Científica do Estado de São Paulo” escrita em letras brancas sobre um fundo preto. Em seguida, inicia-se uma trilha de suspense e como plano de fundo surge uma imagem vermelha, que ao ser aumentada nos mostra ao que parece cenas de crimes, com elementos como armas de fogo, projéteis, manchas, marcas no chão, placas de perícia.

Em seguida, quatro projéteis passam da esquerda para direita como se estivessem sendo disparados ao mesmo tempo; e logo atrás surge em letras brancas em caixa alta: “UMA SÉRIE MEDIALAND”. O fundo vermelho vai desaparecendo ao centro, dando lugar a um fundo preto e em letras garrafais brancas aparece o título “INVESTIGAÇÃO CRIMINAL”. Para finalizar, passa pela tela como se fosse uma faixa pintada em amarelo fazendo alusão ao trabalho de uma perícia ao isolar áreas de crime.

É importantíssimo observar que essa perspectiva *true crime* – cuja definição traduzida mais precisa seria um gênero literário, em sua maioria de cunho jornalístico, que se foca no exame de crimes reais – que em muitos momentos se atribui na análise do Caso Eloá, é extremamente embebida no discurso organizado por este material.

Ora, o *Podcast Modus Operandi*, um dos líderes de audiência hoje no Brasil, recentemente fez um episódio sobre o Caso que, segundo as apresentadoras, havia sido

embasado nesta série como um dos principais materiais para pesquisa, ao passo que em nenhum momento essa narrativa foi questionada ou problematizada. (Figura 17)



**Figura 17-** Capa do *Podcast Modus Operandi*

Ao que parece, predominam no Brasil (ao menos de acordo com o que esta pesquisa pode constatar), duas grandes chaves de leitura: a problematização feminista da mídia *versus* a leitura factual do caso. Horários, datas, ordem dos acontecimentos, inquéritos, processos. Não se pode afirmar que estas duas correntes narrativas são totalmente opostas, uma vez que como venho mostrando ao longo do meu texto, nada é somente uma coisa ou outra. As pessoas partem das mais diversas perspectivas, trazem bagagens distintas, complexas. No entanto, o que quero mostrar é que entre elas podem haver incoerências.

No caso de “Investigação Criminal”, me parece muito uma “evolução” do discurso da mídia da “cobertura quente”. Todavia, não dava mais para continuar dizendo que Lindemberg era apenas um garoto de coração partido. Aí, portanto, se se adiciona a camada do envolvimento com a criminalidade, como o delegado pontua – coisa que raramente foi trazido pela imprensa durante as horas de sequestro – e a questão da “sociopatia”, aqui endossada por um psicólogo. Os psicólogos que comentaram durante o cárcere privado, especialmente nas coberturas mais famosas, não utilizaram essa denominação.

Não digo isso afirmando que haveria uma “ingenuidade” nesses pareceres iniciais ou

até mesmo uma “maldade” escancarada pela misoginia. Compreendo que naqueles momentos a situação era delicada e Lindemberg inclusive tinha acesso a todas essas análises. Contudo, esse discurso, desde sua raiz, vem de uma necessidade de justificar uma ação tão descabida com um fator externo, sempre muito além da cultura machista e patriarcal. Ora é doença, ora é descontrole, ora é criminoso. Essas classificações são muito tênues e as mudanças nelas na hora das narrativas também, mas elas existem. Podendo ser ou atenuadas, ou acentuadas ou omitidas.

Quando se fala de Eloá é sobre as suas boas condutas, justificando sua existência enquanto uma moça decente. Isso é nítido na escolha das palavras. Quando o assunto é Lindemberg, especialmente de sua conduta dentro do namoro, existe uma riqueza de detalhes, como por exemplo, até seu apelido no futebol devido ao seu estilo de jogo, ou até mesmo o seu amor pelo futebol propriamente dito.

É interessante observar de forma muito nítida nesse material o pacto masculino que Segato fala. Aqui ele está presente em vários momentos da fala do delegado ou do jornalista, quando dizem que o pai de Eloá conseguia conversar com Lindemberg, ou quando a Polícia Militar levava em consideração o humor do sequestrador para ditar o ritmo das negociações. Me pergunto se o caso partisse de uma sequestradora, se essa seria a mesma dinâmica. Ou se a intervenção seria mais rápida ou mais questionada.

Outra coisa que o delegado vai dizer é que Lindemberg tinha uma motivação específica: a volta do namoro. E que apesar do resultado final não ter sido planejado, a ação toda foi. Mas quem porta uma arma de fogo de fato não pensa que ela pode cumprir o seu papel? Quem está de fora pode presumir tamanha inocência? Ou essa “inocência” também faz parte de mecanismos do pacto masculino que dá várias voltas antes de dizer que este foi um problema do machismo? Fora as menções à personalidade de Eloá, como a beleza, a sua firmeza, a aparência de Nayara, de Lindemberg.

Nessas descrições que estou fazendo – especialmente para este momento da análise –, é interessante ressaltar as linhas gerais de objetivos que a narrativa está sendo construída. Obviamente que não posso afirmar que esses objetivos eram deliberados, conscientes ou inconscientes, mas são as conclusões que eu tiro ao tentar compreender de que forma os fatos são construídos. O que quero dizer é que cada um desses dois produtos audiovisuais foram produzidos atendendo a uma demanda de contexto, representando uma forma de ver o mundo, um conjunto de valores que são bastante diferentes, mas, que de alguma forma, permanecem colonizados.

## Considerações finais

Se reconhecer enquanto sujeito-pesquisador que é dono de subjetividades e parte de um contexto histórico, enquanto lança o mesmo olhar analítico para o seu objeto de investigação é um dos grandes desafios da pesquisa dentro das Ciências Humanas. Especialmente considerando o fato de que somos formados diante de uma perspectiva de ciência eurocentrada, que desde a base do seu processo de construção se pretendeu enquanto única, a se ocupar em elaborar narrativas homogeneizantes a serviço de uma lógica colonizadora.

Historicamente, a perspectiva decolonial aqui trabalhada é inserida ao final da década de 1990. Um conjunto de estudos voltados para as realidades latino-americanas passa a ser articulado a partir de uma revisão historiográfica e conceitual que não só questiona as categorias paradigmáticas de análise científicas, mas também concebe a ideia do sistema-mundo moderno enquanto incompatível com moldes de organização social e com as cosmovisões observadas e vivenciadas ao centro-sul da América. Em amplas medidas essa produção conjunta e interdisciplinar acaba ganhando notoriedade nas últimas décadas, sobretudo nas Ciências Sociais, para além das fronteiras americanas (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

A autora Catherine Walsh define o decolonial como muito mais do que apenas uma abordagem nova ou dotada de categorias abstratas. É necessário lembrar, antes de tudo, que essa é uma luta ancestral dos povos sujeitos ao processo colonizador, formada por várias frentes desde rebeliões, atitudes, protestos, posicionamentos e recusa às relações de subjugação. Nada disso é novidade: “De hecho, su genealogia empieza pero no termina allí.” (WALSH, 2008, p. 135). Entretanto, como já temos experimentado, a decolonialidade também tem importância e utilidade teórico-analítica. Ou – seguindo a provocação da própria autora – devemos nos questionar se a nossa formação teórica e metodológica enquanto pesquisadores e professores realmente é capaz de pensar os inúmeros conceitos tão caros e próprios a nossa forma de existência, mesmo sendo ainda tão eurocêntrica? Dessa forma, o giro decolonial surge enquanto um movimento de insurgência política e epistêmica, que se propõe a repensar o significado vigente de Estado que conhecemos e vivenciamos e todas as suas lógicas

Aníbal Quijano originalmente cunha a perspectiva de Colonialidade do Poder como sendo uma das mais efetivas. Sua justificativa se dá porque a mesma cria um sistema de hierarquização racial e de gênero completamente atrelado às relações de trabalho e seu controle – aquele vinculado a uma etnia em particular, a branca. (QUIJANO, 2005). Walsh, na publicação “Interculturalidade, plurinacionalidade e descolonização: as insurgências político-epistêmicas de re-fundar o Estado” do ano de 2008, desenvolve a ideia de Colonialidade do

Saber enquanto outra área de dominação da matriz colonial, algo que é bastante caro a esse trabalho.

A ideia do sistema educativo – leia-se as escolas e universidades em seus espaços de ensino e pesquisa – como não poderia ser diferente, nasce e se desenvolve carregada de conceitos e pensamentos que pouco ou nada se aplicam às vivências e visões de mundo dos povos originários. Estes, junto com suas materialidades e subjetividades são suprimidos e sufocados na tentativa prática e deliberada de homogeneizar, embranquecer o ser, o saber e o existir.

Ao passo que estes conceitos são de diversas maneiras internalizados, passamos a compreender o conhecimento e a ciência europeia como o único marco científico, acadêmico e intelectual possível. Esse modelo não deixa espaço para a pluralidade e diversidade de saberes e de existências, tão característicos dos povos latino-americanos.

Uma vez que os Estados são formados em suas perspectivas modernas, os seus aparelhos, suas Constituições Federais e conseqüentemente os Programas Políticos e Pedagógicos são dotados de concepções norteadoras a um indivíduo no sentido liberal, aquele que é universalizado e universalizante, aquele que deve ser guiado pelo princípio da igualdade. Para além disso, Walsh aponta que ainda hoje, através dos discursos e práticas científicas de muitos dos chamados intelectuais progressistas, pode-se perceber uma tentativa de criação de um novo “universalismo global das disciplinas” e inter-disciplinas acadêmicas (WALSH, 2008) que exercem em muitas medidas uma nova colonialidade do saber, relativizando o eurocentrismo, as teorias decoloniais, a ideia de raça e debates que são frequentemente caracterizados enquanto identitários.

Ora, não é incomum a discussão de gênero figurar entre esses debates considerados específicos, muito embora façamos parte de uma sociedade genderizada, ou seja, pensamos e vivemos a partir dos seus parâmetros enraizados. Dito isso, considero essencial demarcar aqui que gênero enquanto uma categoria de análise confere uma conotação que escapa de simplificar o debate em termos de defini-lo como aquele que é sobre as diferenças entre homens e mulheres.

Como já apresentei anteriormente neste texto, é sabido que no campo dos discursos e práticas podemos localizar feminismos que se organizam em torno da ideia essencialista de um “sujeito mulher”, de uma “identidade feminina”, se apegando assim a formas de universalização que violam e excluem automática ou paulatinamente as vivências, demandas e formas de produção do conhecimento de outras mulheres.

Esse debate é criado e institucionalizado por meio de um longo processo histórico delineado no decorrer dos anos, especialmente através de feministas negras que refletiram e

reclamaram seus lugares no movimento majoritariamente branco. Dentre uma infinidade de autoras, cito aqui a estadunidense bell hooks, que publica no ano de 1984 o livro *Teoria Feminista: da Margem ao Centro*, se imortalizando como uma das principais bases para a crítica do feminismo dominante nas décadas de 1970 e 1980. Um dos capítulos presentes no livro é o “Mulheres Negras: moldando a teoria feminista”, no qual a autora evidencia o fracasso de grande parte do movimento ao negligenciar o espaço de mulheres dentro de seus marcadores raciais, sociais, entre outros:

Um dos pressupostos fundamentais do pensamento feminista moderno é a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Isso implica dizer que as mulheres dividem um fardo comum, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc. não criam experiências distintas em que a intensidade da força opressiva do sexismo na vida da mulher varia de caso a caso. O sexismo é, sem dúvida, um sistema de dominação institucionalizado, mas nunca foi capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres nessa sociedade. (HOOKS, 1984, p. 32)

Portanto, a partir dessas críticas, entender o ser mulher enquanto um conceito construído, necessariamente significa compreendê-lo em seu caráter não estanque e aceitar que essas existências derivam de experiências históricas e sociais, marcando a urgência que os estudos e práticas sobre gênero, raça e classe compreendam que esses marcadores não são oposição e que seus modos de ser no mundo ocupam diferentes espaços em diferentes tempos.

A autora Camilla de Magalhães Gomes, na publicação “Gênero como categoria de análise decolonial” (2018), retoma e endossa várias dessas reflexões. No entanto, apresenta outro olhar que afirma que tais perspectivas, apesar de cruciais, nem sempre deslocam completamente a criação dos sujeitos universais e por essa razão, apresenta a urgência de submetê-lo ao que ela vai nomear como uma “virada decolonial” (MAGALHÃES, 2018, p. 66). Isso significa se apossar de ferramentas que nos permitem borrar as hierarquias e binariedades que foram construídas no performativo da colonialidade, compreendendo também o conceito de Raça enquanto fundamental para a construção da concepção de Gênero das mulheres escravizadas e/ou colonizadas. Ela trabalha essa perspectiva bastante embasada nas proposições da filósofa María Lugones, utilizando-a exatamente para situar o debate de Gênero na perspectiva da decolonialidade.

Uma das suas principais contribuições não apenas para a análise de Magalhães, mas para todo o campo dos estudos decoloniais, é que a concepção de Gênero e de seus papéis dentro da modernidade é caracterizada de forma hierárquica, completamente esculpida por uma moral cristã que chega às Américas através da colonização, a delimitar muito além do significado do ser homem ou mulher, mas também o de ser humano.

Isso quer dizer que por não atender aos ideais de civilização, os povos Ameríndios e os Africanos escravizados eram considerados selvagens, “menos-humanos”, homens e mulheres de segunda categoria. A citação abaixo está presente no texto “Rumo a um feminismo descolonial” (2014) e define explicitamente o que discorri acima:

Ela [a colonização] veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados eram homens ou mulheres. (LUGONES, 2014, p. 936)

O supracitado campo dos estudos decoloniais também abarca nesse sentido discussões extensas sobre a existência ou não de hierarquias de gênero pré-existentes à invasão colonial. Não tenho aqui a intenção de aprofundar nessa discussão, no entanto, trago alguns apontamentos da antropóloga argentina Rita Segato que considero importante para o seguimento da análise.

Segundo Segato, o Sistema de Gênero com a intervenção colonial reacomodou e agravou algumas hierarquias que já existiam anteriormente. Entretanto, ela de forma alguma afirma que as estruturas nos dois “mundos” se repetiram. Muito pelo contrário, destaca que gênero sempre ocupou diferentes espaços nas diferentes formas de organização social no mundo invadido pela colonização.

A concepção ontológica chamada por ela de “mundo aldeia” não traz consigo um molde de sujeito universal e nem enunciados de valores gerais capazes de representar a todos e que sempre permite trânsitos a partir de suas inúmeras variáveis. Nesse modo de vida, as noções de gêneros são completas por si só, ainda que possam manter algum tipo de relação hierárquica.

O que a colonização inaugura, como já vimos, são os modelos ideais de existência. O ideal burguês da mulher dita civilizada é aquele no qual é branca, pacata, pura em seus pensamentos e nos seus corpos, que abdica de suas vontades e aceita o seu destino de forma obediente, quer seja, o de ficar ao lado de um homem, reproduzir e cuidar com devoção de toda sua família. É compreender e ensinar as figuras masculinas em sua vida, quanto a eles cabe todo o direito de transitar e decidir nos espaços de poder.

Já a figura do homem ideal emerge dos valores do homem iluminista moderno, cristão e colonizador. Esse modelo se instaura enquanto dominante em relação ao feminino por encontrar, em alguma medida, uma espécie de hierarquia genderizada no mundo colônia. Tal hierarquia se solidifica a partir do processo do qual emerge a esfera pública, que transforma o espaço, que de acordo com a autora, anteriormente já pertencia de alguma forma ao masculino

naquele que é de domínio universal. O sujeito tido como natural dessa esfera é “1) masculino; 2) hijo de la captura colonial y, por lo tanto, a) blanco o blanqueado; b) propietario; c) letrado; y d) pater-familias” (SEGATO, 2016, p. 94). A formação deste espaço automaticamente desvaloriza a esfera doméstica, classificando-a enquanto privada e íntima, aquela que passa a ser caracterizada como o ambiente feminino, regido e “comandado” pelas mulheres. Nesse sentido, existe um processo deliberado de minorização da mulher enquanto elemento secundário e este se apresenta enquanto fundamento não só da violência de gênero, mas de uma série de outras violências sociais contemporâneas. Tais como as sofridas por Eloá Pimentel.



## Referências

- AKOTIRENE, C. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte – MG: Letramento, Justificando, 2018.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In: \_\_\_\_\_*. (org.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 25-58.
- BENTO, M. A. S. **PACTOS NARCÍSICOS NO RACISMO:** Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo 2020. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade Estadual de São Paulo.
- CORRÊA, M. **Os crimes da paixão.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COUTINHO, D. MARQUES, J. MORETTI, J. PACHECO, M. ROZO, F. **O Direito nas Políticas Públicas Urbanas e Habitacionais:** O uso de instrumentos urbanísticos no município de Santo André – São Paulo. (2014)
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In: Edgardo Lander (org.). Colonialidad e saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: Clacso, 2005.
- ELUF, L. N. **A Paixão no Banco dos Réus:** casos passionais célebres: de Pontes Visgüeiro a Pimenta Neves. 3 ed. 2017.
- FAUSTO, B. **O Crime do Restaurante Chinês:** Carnaval, Futebol e Justiça na São Paulo dos Anos 30. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, pp. 25-49, Apr, 2016.
- GOMES, C. M. **Gênero como categoria de análise decolonial.** Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, pp. 65-82, Apr, 2018.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista:** da Margem ao Centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOOKS, bell. **Talking back:** thinking feminist, thinking Black. Nova York, 1989.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.22, n. 3, p. 935-952, Dec, 2014.
- MACINIK, G. MATTOS, A. Sobre branquitude e privilégio: analisando movimentos feministas brancos. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em:  
[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450800\\_ARQUIVO\\_Marcinik,GeMattos,A\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450800_ARQUIVO_Marcinik,GeMattos,A_Texto_completo_MM_FG.pdf). Acesso: 28 abr. 2021.
- MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte

conceitual da modernidade. In: Edgardo Lander (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MIGNOLO, W. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, n. 3, v. 15, pp. 381-402, Sep, 2015.

NASCIMENTO, T. **Medium**, 2019. A branquitude é um lugar de fala sobre o racismo. Disponível em: <https://tatiananascimento.medium.com/a-branquitude-%C3%A9-um-lugar-de-fala-db7eae996f82>. Acesso em: 24 abr. 2021,

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, pp. 179-195, novembro/ 2001.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, pp. 9-31, Dec, 2005.

QUINTERO, P; FIGUEIRA, P; ELIZALDE, P. C. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. MASP Afterall, 2019.

ROYER, L. de O. **Política habitacional no Estado de São Paulo**: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial; **E-cadernos ces** [Online], 18, Dec, 2012.

SEGATO, R. **Que és un feminicídio**: notas para un debate emergente. Brasília : Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

SEGATO, R. **La guerra contra las mujeres**. Editora Traficante de Sueños, 2016.

SILVA, J.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Ano I – Nº I, 2009.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, pp. 131-152, 2008.

YONEKURA, T. SOARES, C. MINUCI, E. CAMPOS, C. TRAPÉ, C. Mapa das juventudes de Santo André, SP: instrumento de leitura das desigualdades sociais. **Rev Saúde Pública**, v. 44, n. 1, pp. 45-52, 2010.

## Index de Fontes

“ELE ME ODIAVA E ODIAVA MINHA MÃE” DIZ NAYARA SOBRE LINDEMBERG. **G1 Globo**, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/02/ele-me-odiava-e-odiava-minha-mae-diz-nayara-sobre-lindemberg.html>.

“SÓ TIVE PROBLEMAS” DIZ MORADORA DE APARTAMENTO ONDE ELOÁ FOI BALEADA. **G1 Globo**, 2021. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/02/so-tive-problemas-diz-moradora-de-apartamento-onde-elo-a-foi-baleada.html>.

APÓS DEZ ANOS, FIZINHOS AINDA LEMBRAM A MORTE DE ELOÁ NA GRANDE SP. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/apos-10-anos-vizinhos-ainda-lembram-a-morte-de-elo-a-na-grande-sp.shtml>.

CASO ELOÁ: ADVOGADOS DE LINDEMBERG CHAMARÃO SÔNIA ABRÃO E MAIS CINCO JORNALISTAS. **Notícias Uol**, 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/10/caso-elo-a-advogados-de-lindemberg-chamarao-sonia-abrao-e-mais-cinco-jornalistas.htm>. Acesso em 10 out. 2020.

CRONOLOGIA DO CASO ELOÁ. **Folha de São Paulo**, 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/10/457514-veja-cronologia-de-caso-de-jovem-que-manteve-ex-namorada-refem-em-santo-andre-sp.shtml>. Acesso em: 13 set. 2018.

DOCTELAMIDIACOM. **Quem matou Eloá?** 2015 (24 min 22 seg). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4IqIaDR\\_GoQ](https://www.youtube.com/watch?v=4IqIaDR_GoQ)

ELOÁ FICOU MAIS PRÓXIMA DE NAYARA APÓS TERMINAR O NAMORO. **Folha de São Paulo**, 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1810200808.htm> . Acesso em: 11 ago. 2020.

GALVÃO, V. Namoro entre os dois começou quando garota tinha 12 anos e Lindemberg, 19. **Folha de São Paulo**, 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1810200810.htm>

HÁ 19 ANOS BRASIL ASSISTIU AO SEQUESTRO DO ÔNIBUS 174, **Terra Notícias**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/ha-19-anos-brasil-assistiu-ao-sequestro-do-onibus-174,24858ac19343a0407ee6db2e20350adbuk6cj3h5.html>.

IRMÃ PEDE QUE RAPAZ LIBERTE EX-NAMORADA E SE ENTREGUE. **Dourados Agora**. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/brasil/irma-pede-que-rapaz-liberte-ex-namorada-e-se-entregue>.

MÉDICOS RETIRAM ÓRGÃOS DE ELOÁ PARA DOAÇÃO. **Veja**, 2008. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/medicos-retiram-orgaos-de-elo-a-para-doacao/#:~:text=Terminou%20C3%A0s%205h30%20da%20manh%C3%A3,sequestro%20que%20durou%20cem%20horas>.

NEGOCIADOR E IRMÃOS APONTAM MORTE DE ELOÁ COMO PREMEDITADA. **Terra Notícias**, 2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/negociador-e-irmaos-apontam-morte-de-eloa-como-premeditada,9c289d67881da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

NO TERCEIRO DIA DE JULGAMENTO, LINDEMBERG DA SUA VERSÃO DO CASO ELOÁ E ASSUME DISPARO. **Notícias Uol**, 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/15/no-terceiro-dia-de-julgamento-lindemberg-da-sua-versao-do-caso-elo-a-e-assume-disparo.html>.

NOVAES, M. MAGALHÃES, V. Lindemberg diz que ainda se emociona ao lembrar de Eloá. **Terra**, 2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/lindemberg-diz-que-ainda-se-emociona-ao-lembrar-de-elo-a,f5389d67881da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

NUNES, B. FREITAS, C. Nayara: “Eloá sabia que ia morrer”. **Veja**, 2012 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nayara-elo-a-sabia-que-ia-morrer/>.

OPERAÇÃO POLÍCIAL. **Investigação Criminal – Caso Eloá Pimentel**. (45 min 39 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J0dpDynvp80>

PAI DE LINDEMBERG DIZ QUE FILHO TEM DE PAGAR PELO CRIME. **Nsc Total**, 2008. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pai-de-lindemberg-diz-que-filho-tem-de-pagar-pelo-crime>.

PAIXÃO, E. **Ana Hickmann Pedu Tchauzinho ao Lindemberg**, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O7-nsKMH-sU>.